

**Universidade do Vale do Paraíba  
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento**

**MARIA LUCIA BALTAZAR CANDIDO**

**A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA DINÂMICA  
REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA NO PERÍODO DE 1990 A 2008**

**São José dos Campos – SP  
2010**

**Maria Lúcia Baltazar Candido**

**A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA DINÂMICA  
REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA NO PERÍODO DE 1990 A 2008**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Friedhilde Maria Kustner Manolescu

**São José dos Campos – SP  
2010**

C223i

Candido, Maria Lucia Baltazar

A importância das micro e pequenas empresas na dinâmica regional do vale do paraíba no período de 1990 a 2008 / Maria Lucia Baltazar Candido;  
Orientadora : Friedhilde Maria Kustner Manolescu  
82 f., 1 disco laser: color

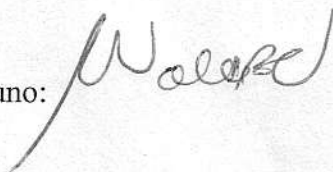
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbana e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

1. Empresas 2. Espaço 3. Planejamento Urbano e Regional I.Título  
II. Manolescu, Friedhilde Maria Kustner, Orient.

CDU: 711.4

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores ou transmissão eletrônica, desde que citada a fonte.

Assinatura do Aluno:



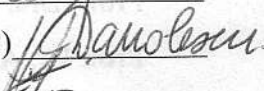
Data: 09/06/2010

## MARIA LÚCIA BALTAZAR CANDIDO

### “A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA DINÂMICA REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA NO PERÍODO DE 1990 A 2008”

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup>. Dra. **VALÉRIA REGINA ZANETTI DE ALMEIDA** (UNIVAP) 

Prof.<sup>a</sup>. Dra. **FRIEDHILDE MARIA KUSTNER MANOLESCU** (UNIVAP) 

Prof. Dr. **ANTONIO CARLOS MACHADO GUIMARÃES** (UNIVAP) 

Prof.<sup>a</sup>. Dra. **PAULA MEYER SOARES PASSANEZI** (UNINOVE) 

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa

Diretor do IP&D – UniVap

São José dos Campos, 09 de junho de 2010.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido marido, amigo e companheiro que sempre me apóia e incentiva a crescer pessoalmente e profissionalmente. Aos meus filhos, razão da minha existência. A minha querida mãe, extraordinariamente sábia em sua humildade, atos e palavras. A minha irmã, espelho de luta, perseverança e superação. Aos meus sogros, pelo respeito, confiança e carinho sempre demonstrados.

Ao meu querido pai (*in memoriam*), por ter deixado os bens mais importantes como herança: amor, dignidade, honestidade.

**“Quem quiser alcançar um objetivo distante, tem  
que dar muitos passos curtos”**

**Helmut Schmidt**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Friedhilde Maria Kustner Manolescu, por sua dedicação, auxílio e confiança em meu trabalho.

A todos os Mestres e Doutores do Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, que me auxiliaram direta, ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho, especialmente a Prof<sup>a</sup> Dra. Valéria Zanetti e o Prof. Dr. Antonio Carlos Machado Guimarães, por suas considerações e sugestões na etapa de qualificação.

Ao Coordenador de Curso, Prof. Dr. Mário Valério Filho e a Diretora do IP&D, Prof<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa pela atenção, disponibilidade e colaboração em todos os momentos em que solicitei apoio.

## **IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA DINÂMICA REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA NO PERÍODO DE 1990 A 2008**

### **RESUMO**

A Região do Vale do Paraíba ocupa lugar de destaque na economia do Estado de São Paulo em termos demográficos, geração de emprego e renda. Sua localização geográfica e a instalação de empresas de grande porte, associada a investimentos públicos federais e estaduais no século XX, contribuiu sobremaneira para o processo de urbanização e crescimento da região. A abertura da economia brasileira a partir de 1990 e a intensificação do processo de globalização iniciado na década de 80, provocou alterações substanciais em diversas regiões do país, bem como na forma de produção das empresas, que é um dos elementos que constitui o *Espaço*. Cada um dos elementos que compõem o espaço (meio ecológico, infra-estrutura, homem, empresas e instituições), exerce seu papel, intervindo e promovendo transformações ao longo do tempo. Entender estes elementos e suas respectivas funções é importante para a compreensão da dinâmica existente entre os mesmos e para toda e qualquer ação de intervenção e/ou Planejamento Urbano Regional. O presente estudo foca a sua atenção em um dos agentes do espaço que é a Empresa e analisa sua importância na Dinâmica Regional do Vale do Paraíba e nos seus principais municípios: São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá no período de 1990 a 2008. Neste período, verifica-se um crescimento das empresas de micro e pequeno porte e o predomínio destas, na condução das atividades de comércio e serviços, contribuindo significativamente para a geração de emprego e renda na Região e diminuindo o grau de dependência dos municípios em atividades exercidas por empresas de grande porte. O presente estudo tem a finalidade de contribuir com dados que possam auxiliar os gestores públicos, a iniciativa privada e a estudantes de graduação e pós-graduação interessados no tema.

**Palavras-chave:** Empresas. Espaço. Planejamento Urbano e Regional.



## **THE IMPORTANCE OF MICRO AND SMALL ENTERPRISES IN THE DYNAMICS OF THE VALE DO PARAÍBA REGION FROM 1990 TO 2008**

### **ABSTRACT**

The region of Vale do Paraíba occupies a prominent place in the economy of São Paulo in terms of population, employment generation and income. Its geographical location and installation of large companies, combined with federal and state investments in the twentieth century, contributed greatly to the process of urbanization and growth of the region. The opening of the Brazilian economy since 1990 and the intensification of the globalization process that began in the 80s, caused substantial changes in several regions of the country, as well as in the way the companies produce, which is one of the elements that makes up the Space. Each of the elements that makes up the space (ecological environment, infrastructure, man, enterprises and institutions), applies its role by intervening and promoting changes during the time. Understanding these elements and their functions is important for understanding the dynamics between them and for any intervention or Urban Regional Planning. This study focuses its attention on one of the agents of the space that is the Company and analyzes its importance in the Regional Dynamics of the Vale do Paraíba and its major cities: São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba and Guaratinguetá from 1990 to 2008. During this period, there is a growth of micro and small enterprises and the prevalence of them in the conduction of trade activities and services, contributing significantly to employment generation and income in the region, and decreasing the level of dependence of municipalities on activities carried by large companies. This study aims to contribute data that can help policy makers, private sector, graduate and post graduate students interested in the subject.

**Keywords:** Companies. Space. Urban and Regional Planning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mapa da Região do Vale do Paraíba.....	38
Figura 2:	Gráfico da Taxa de Crescimento Anual da População do Estado de São Paulo e Vale do Paraíba – 1980-2010.....	48
Figura 3:	Pirâmide Etária da População por Sexo-Vale do Paraíba – 1980 – 2008 .....	49
Figura 4:	Pirâmide Etária da População por Sexo- Estado de São Paulo – 1980 – 2008 .....	50
Figura 5:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra - Vale do Paraíba (%) 2008.	55
Figura 6:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra – São José dos Campos (%) 2008.....	55
Figura 7:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra – Taubaté (%) 2008.....	56
Figura 8:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra – Jacareí (%) 2008.....	56
Figura 9:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra - Pindamonhangaba(%) 2008.....	57
Figura 10:	Gráfico da Ocupação da Mão-de-Obra – Guaratinguetá (%) 2008.....	57

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1:	Os elementos do Espaço: enumeração e funções.....	22
Quadro 2:	Classificação das Empresas quanto ao Porte.....	26
Quadro 3:	Divisão da Região do Vale do Paraíba.....	37
Quadro 4:	Principais Atividades no Vale do Paraíba.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	População do Estado de São Paulo e do Vale do Paraíba – 1980 a 2010.....	47
Tabela 2:	Taxa Geométrica de Crescimento da População Anual .....	47
Tabela 3:	População Total dos Municípios do Vale do Paraíba 1990 a 2010.....	52
Tabela 4:	Participação Média do Vale do Paraíba no VAF Total Estadual – 2002 a 2007.....	53
Tabela 5:	Participação dos Municípios no VAF Total do Vale do Paraíba – 2002 a 2007.....	54
Tabela 6:	Número de Empregados por Atividade Econômica – 2008.....	54
Tabela 7:	Taxa de Mortalidade das MPE's no Brasil.....	58
Tabela 8	Distribuição de Estabelecimentos, por porte Brasil (%) – 2002 a 2006.....	60
Tabela 9	Participação das Micro e Pequenas Empresas na Atividade Econômica Brasileira.....	61
Tabela 10:	Participação do Vale do Paraíba na Atividade Econômica do Estado de São Paulo - 1999 e 2008.....	62
Tabela 11:	Participação das Empresas na atividade econômica de acordo com o porte– 2008.....	63
Tabela 12	Numero de Empresas por Setor - 2008 .....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GEM Consortium - (Global Entrepreneurship Monitor)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPE – Micro e Pequena Empresa

MTE - Ministério do Emprego e Trabalho

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RA – Região Administrativa

RG – Região de Governo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE-SP – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa do Estado de São Paulo

SEFAZ-SP – Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo

TEA – Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial

VAF – Valor Adicionado Fiscal

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
	1.1 Objetivo Geral.....	17
	1.2 Objetivos Específicos.....	17
	1.3 Justificativa.....	17
	1.4 Metodologia.....	18
	1.5 Estrutura do Trabalho.....	19
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	21
	2.1 O Espaço e seus Componentes.....	21
	2.2 A Responsabilidade das Empresas na Construção do Espaço.....	24
	2.2.1 Definição e Classificação das Empresas.....	25
	2.2.2 O Empreendedorismo e suas Alterações no Espaço.....	26
	2.2.3 Incubadoras de Empresas.....	27
	2.3 Crescimento e Desenvolvimento.....	29
	2.3.1 Desenvolvimento Sustentável.....	31
	2.4 Planejamento Urbano e Regional.....	32
	2.4.1 Planejamento Urbano e Gestão Urbana.....	34
	2.4.2 O Processo de Urbanização e Regionalização.....	35
3	ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS NO VALE DO PARAÍBA.....	38
	3.1 Breve Histórico da Região do Vale do Paraíba.....	39
	3.2 Principais Municípios do Vale do Paraíba.....	40
	3.2.1 O Município de São José dos Campos.....	40
	3.2.2 O Município de Taubaté.....	42
	3.2.3 O Município de Jacareí.....	43
	3.2.4 O Município de Pindamonhangaba.....	44
	3.2.5 O Município de Guaratinguetá.....	45
	3.3 Aspectos Demográficos.....	47
	3.4 Produção.....	52
	3.5 Emprego.....	54
	3.6 Número de Empresas de Acordo com o Porte.....	58
	3.6.1 Empreendedorismo e as Micro e Pequenas Empresas.....	59

3.6.2	A Participação das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.....	60
3.6.3	A Participação das Micro e Pequenas Empresas no Vale do Paraíba.....	61
3.6.4	A Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Principais Municípios do Vale do Paraíba.....	62
3.6.5	Principais Atividades Desenvolvidas na Região.....	65
4	CONCLUSÕES.....	67
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A.....	75
	APÊNDICE B.....	76
	ANEXO A.....	77
	ANEXO B.....	79
	ANEXO C.....	80
	ANEXO D.....	81
	ANEXO E.....	82

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil, nas suas diversas regiões, vem sofrendo alterações provocadas por fatores internos e externos que exercem influência sobre os agentes integrantes do espaço. Um dos elementos que compõem o espaço, de acordo com Milton Santos, são as firmas (empresas), cuja função essencial é a produção de bens e serviços. Este agente, não só promove alterações no espaço, mas é alterado pelos demais elementos que o compõem.(SANTOS, 1992).

As transformações ocorridas na forma de produção, acumulação de riqueza das regiões e abertura de mercado a partir de 1990, intensificou o processo de globalização e alterou a forma como os agentes do espaço se relacionam. O processo de crescimento demográfico das cidades e regiões foi impulsionado pelo processo de interiorização das indústrias e pela expansão do número de empresas.

O crescimento do número de micro e pequenas empresas e do empreendedorismo no Brasil a partir de 1990 é bastante expressivo para a economia do Estado de São Paulo. As diversas regiões do Estado de São Paulo apresentam peculiaridades, em função de sua heterogeneidade de pessoas, culturas, formas de produção, clima, recursos naturais, dentre outros aspectos e por sua grande extensão territorial.

Na Região do Vale do Paraíba, o processo de urbanização é influenciado pela localização geográfica (por estar no eixo Rio-São Paulo) e por transformações no setor produtivo, cuja superação da atividade agro-pecuária pela implantação de indústrias, indica novas perspectivas para a construção de um ambiente urbano caracterizado pela tendência à concentração populacional e de capital em determinados municípios (RESCHILIAN, 2005).

O presente estudo deterá a sua atenção às transformações ocorridas em cinco municípios da Região do Vale do Paraíba: São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

### **1.1 Objetivo Geral**

Analisar o desempenho das micro e pequenas empresas na Região do Vale do Paraíba no período de 1990 a 2008.



## **1.2 Objetivos Específicos**

- Identificar o número de empresas nos principais municípios do Vale do Paraíba de acordo com a geração de emprego e renda.
- Analisar a participação das micro e pequenas empresas na atividade econômica regional.

## **1.3 Justificativa**

Entender as transformações no espaço é muito importante, e um dos elementos capaz de promover tais mudanças é a produção de bens e serviços das empresas. Embora diversos dados sobre o número de empresas e a atividade que exercem já estejam disponibilizados, ainda há algumas limitações e dificuldades na obtenção de dados exatos, por fatores como a informalidade e a inatividade de algumas empresas. Desta forma, o presente estudo poderá ser útil para uma comunidade acadêmica e para elaboração de novos trabalhos nesta linha de pesquisa, para gestores de empresas privadas, na condução de novas estratégias e planos e para formuladores de planejamento urbano e regional.

## **1.4 Metodologia**

Para a realização deste estudo, adotou-se uma pesquisa exploratória, por meio de dados secundários obtidos em instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Ministério do Emprego e Trabalho (MTE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (SEBRAE-SP), Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ-SP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Prefeituras Municipais e pesquisa bibliográfica.

A delimitação deste estudo foi realizada de acordo com a escolha de algumas variáveis consideradas importantes para esta análise. Optou-se pela escolha da variável demográfica, produção, emprego e número de empresas de acordo com o porte.

Para apuração de dados sobre a produção, escolheu-se como metodologia, a seleção e análise de dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) Total.

O Valor Adicionado Fiscal é obtido, para cada município, através da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil. É calculado pela Secretaria da Fazenda e utilizado como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). As atividades consideradas para a apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) Total estão detalhadas no Anexo A.

Para facilitar a apresentação dos dados, adotou-se uma metodologia de análise comparativa, iniciando-se com o Estado de São Paulo e a Região do Vale do Paraíba. Esta comparação justifica a escolha de um estudo realizado na Região do Vale do Paraíba.

Posteriormente, adotou-se a mesma metodologia de análise comparativa, porém com dados do Vale do Paraíba e dados dos cinco principais municípios da região (São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá). A seleção destes municípios, deve-se a constatação da importância dos mesmos na Região do Vale do Paraíba, com base nas variáveis selecionadas neste estudo (demografia, produção, emprego e número de empresas de acordo com o porte).

Vale ressaltar, que a classificação para o porte de empresa adotada neste trabalho é a do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentada pelas empresas, que considera apenas os dados de empresas formalmente constituídas que tenham funcionários registrados. A escolha desta classificação deve-se ao fato de uma maior disponibilidade de dados sobre as empresas, no período delimitado para o estudo, compreendido entre 1999 a 2008.

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Este trabalho divide-se em quatro partes fundamentais, a primeira que é a Introdução, a segunda que é a Revisão da Literatura, a terceira que discorre sobre a Importância das Micro e Pequenas Empresas na Dinâmica Regional do Vale do Paraíba e a quarta parte com as Conclusões.

A parte 2, Revisão de Literatura apresenta conceituação sobre o Espaço e seus componentes, o papel das empresas na construção do Espaço, crescimento e desenvolvimento e planejamento urbano e regional.

A parte 3 faz uma análise sobre a importância das micro e pequenas empresas no Vale do Paraíba e os principais municípios selecionados foram São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba, e Guaratinguetá, de acordo com dados quantitativos e qualitativos apresentados. Os principais dados apresentados justificam a escolha de cada um dos municípios para a análise. Por uma questão de organização na apresentação dos dados, optou-se por apresentar um breve histórico do Vale do Paraíba e de seus principais municípios. Posteriormente, para justificar a importância do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo, bem como a importância dos municípios selecionados para a Região em estudo, estabeleceu-se uma comparação entre o Estado de São Paulo e Vale do Paraíba e uma comparação entre Municípios e Vale do Paraíba. As variáveis selecionadas para análise neste trabalho foram aspectos demográficos, produção (ou renda agregada, dada pela participação das empresas no VAF – Valor Adicionado Fiscal Total) número de empregados registrados em cada setor econômico tamanho da empresa, número de empresas de acordo com o porte e participação das empresas na atividade econômica da Região.

A parte quatro finaliza o trabalho, apresentando as Conclusões. Neste capítulo, objetivou-se justificar a relevância deste estudo apresentando considerações importantes que podem ser úteis a empresas públicas, privadas, instituições de ensino, empreendedores e alunos de cursos de graduação e pós-graduação que tenham interesse pelo tema e intenção em dar continuidade ao trabalho apresentado.

Os elementos pós-textuais que são apresentados a seguir, são as Referências, Apêndices e Anexos que auxiliam no entendimento dos dados produzidos pelo autor.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

O Planejamento Urbano e Regional tem se tornado cada vez mais importante na Gestão Pública. A participação de diversos profissionais da iniciativa pública e privada nesta atividade torna-o mais completo e abrangente.

Para planejar o *espaço*, faz-se necessário conhecer seus elementos e analisar de que forma cada um destes contribui para a sua dinâmica.

### 2.1 O Espaço e seus Componentes

O Conceito de *Espaço* desperta a atenção de diversos autores e é compreendido não apenas em suas dimensões físicas, objetos geográficos, edificações e materialização do que uma sociedade é capaz de produzir. O espaço vai além destes aspectos e considera a sociedade e as relações travadas entre seus membros e agentes.

Considera-se o espaço como uma instância da sociedade, assim como a instância econômica e a instância cultural-ideológica.

De acordo com Milton Santos: “A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico [...]”. (SANTOS, 1992)

Cada um dos elementos que compõem o espaço: meio ecológico, infra-estrutura, homem, as firmas (empresas), as instituições (Estado, família, igreja, demais grupos sociais), exercem seu papel, intervindo e promovendo transformações ao longo do tempo. Entender os elementos do espaço e suas respectivas funções é importante para a compreensão da dinâmica existente entre os mesmos e para toda e qualquer ação de intervenção e/ou Planejamento Urbano Regional.

Analisar apenas um ou mais elementos e desprezar a sua totalidade, pode provocar uma distorção não somente conceitual, como também de ordem prática, no momento em que se desenvolve o planejamento urbano e regional.

Como apoio para esta compreensão, a descrição feita por Milton Santos, apresentada no Quadro 1, em seu método analítico-dedutivo, ilustra com clareza a totalidade do espaço:

**Quadro 1: Os elementos do Espaço: enumeração e funções**

<b>ELEMENTOS DO ESPAÇO</b>	<b>FUNÇÕES</b>
Homens	Participam da força de trabalho e demandam produtos, serviços e necessidades.
Firmas	Tem a função essencial de produzir bens e serviços.
Instituições	Produzem normas, ordens e legitimações (Estado, Família, Igreja, grupos sociais).
Meio ecológico	Conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano.
Infra-estruturas	Trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos etc.

Fonte: (SANTOS, 1992)

Atualmente, conforme Milton Santos (1992), quase todos os espaços são “espaços de produção e de consumo” e a economia industrial, ocupa quase todo espaço produtivo – urbano ou rural, criando novas hierarquias urbanas.

As fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais difíceis de serem identificadas. O modo de vida rural, no mundo contemporâneo, mistura-se ao modo de vida urbano, tornando difícil esta distinção. A vida no campo deixou de ser sinônimo de “vida rural”, pois em muitas regiões, o modo de vida das pessoas que vivem no campo é similar ao modo de vida das pessoas que vivem na cidade (hábitos, costumes, consumo e acesso a informação, tecnologia e ao que era típico apenas da vida urbana).

O desenvolvimento da tecnologia da informação e a facilidade de acesso aos veículos de comunicação intensificaram a conexão entre a cidade e o campo, transformando o modo de vida das pessoas.

Para Milton Santos, a instituição do consumo, como elemento chave para a aceitação do homem enquanto parte integrante de um grupo social, acentuadas por apelos de *marketing* típicos de uma sociedade capitalista que prioriza o consumo, contribuiu sobremaneira para a diminuição desta fronteira entre o urbano e o rural. Isto não significa dizer que a diferença entre os espaços esteja determinada pelas relações de consumo, mas considera que o modo de vida no campo e na cidade, em termos de hábitos e costumes, que incluem o consumo de bens e serviços, tornou-se muito parecido. (SANTOS, 1992).

Para Williams *apud* Lima (2004),

“a inserção das determinações econômicas nos estudos culturais é sem dúvida a contribuição especial do marxismo, e há ocasiões em que sua simples inserção é um progresso evidente. Mas, no fim, não pode ser uma simples inserção, pois o que se faz realmente necessário, além das fórmulas limitadoras, é o restabelecimento de todo o processo social material e, especificamente da produção cultural como social e material”

Dessa forma, então, Williams contribuiu para a elaboração de uma teoria materialista de cultura, ampliando o conceito no sentido de um processo integral da vida, enfatizando a interdependência das várias esferas da realidade social e a atuação delas como forças produtivas, ou seja, como elementos ativos na transformação social (LIMA, 2004).

Outro fator importante nestas transformações do espaço é o crescimento e o adensamento das cidades, que faz com que parcela da população se desloque para áreas rurais, em busca de maior qualidade de vida, sem deixar os hábitos e o modo de vida típicos da cidade.

Nesse cenário, assim como todos os demais agentes do espaço, as firmas (empresas, organizações) merecem atenção, visto que são transformadas e transformam o meio onde atuam.

Ao longo da História, diversas civilizações, em diversos lugares mostraram uma notável capacidade de domínio da natureza, por meio de técnicas que se aperfeiçoavam. Com o sistema capitalista, inicia-se o processo de unificação das técnicas desenvolvidas pela sociedade e o meio técnico-científico (união entre a técnica e a ciência) permite a acumulação de capital em escala mundial.

Dentre as diversas teorias e debates para explicar o *espaço*, vale lembrar as considerações feitas por Castells (1983 p. 146) de que toda sociedade concreta pode ser compreendida a partir da articulação histórica de vários modos de produção.

Seguindo, ainda a sua análise, “as combinações e transformações entre os diferentes sistemas e elementos da estrutura fazem-se por intermédio das práticas sociais - da ação dos homens, determinada por sua inserção particular nos diferentes locais da estrutura assim definida” (CASTELLS, 1983, p.148.).

Desta forma, para compreender o espaço, é necessário considerar os vários modos de produção, as práticas sociais adotadas pelos homens, que apresentam particularidades nos diferentes locais desta estrutura.

De acordo com Gottdiener (1993, p.84), para entender a produção do espaço, é necessária uma abordagem sintética que se entenda além dos dois pólos da estrutura e ação, para unir ambos numa explicação da articulação entre a sociedade e o espaço.

## **2.2 A Responsabilidade das Empresas na Construção do Espaço**

No século XXI, as empresas não podem se preocupar apenas com a acumulação de capital, lucratividade e competitividade. Devem voltar sua atenção para outras questões, como o desenvolvimento sustentável, a otimização de recursos escassos e a relação que travam com o espaço onde vivem. Além de desenvolverem o seu papel econômico e social, as empresas contribuem para a formação de outros elementos inseridos no espaço, como o cultural, o político e o ambiental. Ao contribuírem com a geração de emprego e renda, proporcionam inserção social (educação, atividades culturais, esportes e lazer) e contribuem com a melhoria da qualidade de vida (alimentação, saúde, moradia etc).

As organizações produtivas possuem um desafio ainda maior, que é o de considerar a interação que existe entre o espaço e os atores que compõem este cenário.

A busca por sua permanência no mercado, por meio da sua competitividade e lucratividade, pode ser obtida sem comprometer os demais agentes do espaço (Homem, infra-estrutura, meio ecológico, Estado e demais grupos sociais).

Neste processo de transformação, que considera o papel desenvolvido pelas empresas, é importante destacar o homem e os aspectos culturais do espaço em que se insere, já que as empresas são constituídas por homens e toda a sua dinâmica sofre influência dos aspectos culturais e da sociedade.

Os processos produtivos incluem diversos fatores, como a tecnologia, recursos materiais, recursos naturais, recursos financeiros e recursos humanos. O capital humano e os aspectos culturais de cada região podem ser aproveitados como diferenciais competitivos.

Em um cenário extremamente competitivo, as empresas precisam desenvolver sua capacidade de criar e manter vantagem competitiva sem comprometer as futuras gerações.

O desenvolvimento histórico e a produção do espaço é um dos aspectos a ser considerado como fundamental no processo de planejamento.

A grande extensão do território brasileiro e o desenvolvimento heterogêneo das diversas regiões, demandam políticas locais que atendam as necessidades de cada uma destas regiões, que são muito distintas.

O uso dos recursos por parte das empresas, e dos demais elementos do espaço e a dinâmica de produção mundial, coloca em risco o próprio espaço. Até meados do século XX, as empresas negligenciaram o seu relacionamento com a natureza e o meio ambiente, explorando suas atividades produtivas sem pensar na renovação de recursos e na produção sustentável.

A busca por um desenvolvimento sustentável assume, no século presente, um papel de destaque e traz ao setor público, setor privado e sociedade, a necessidade de desenvolver novos relacionamentos com o meio em que vivem, promovendo algumas mudanças no processo de produção, mesmo sem perder de vista a competitividade.

Conforme descrito por Castro (1996), esse novo paradigma conhecido como desenvolvimento sustentável surge através de um esforço de reconceptualização do conceito de desenvolvimento, abalado pela crise ambiental e social.

### **2.2.1 Definição e Classificação das Empresas**

Uma Empresa, ou uma Organização, é uma entidade social caracterizada por um grupo estruturado de pessoas que atuam em conjunto para alcançar objetivos comuns (SOBRAL; PECCI, 2008 p. 166).

São agentes econômicos que integram a composição do espaço, capazes de produzirem transformações rápidas e de se sobressaírem em momentos de crise e períodos de desaceleração da economia.

As empresas são classificadas de acordo com o porte (o tamanho da sua estrutura). Esta classificação varia de acordo com os critérios adotados em cada uma das instituições que as classifica. Para efeitos de enquadramento, recolhimento de impostos e aquisição de financiamentos, estão sujeitas a legislação própria e podem ser classificadas, de acordo com alguns órgãos específicos, dependendo da finalidade, conforme detalhado no Quadro 2.



Dentre as diversas classificações utilizadas, destaca-se a importância das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no desempenho da economia brasileira. Atuando em todos os setores da atividade econômica, são responsáveis pela geração de expressiva parcela da renda total e de empregos formais.

**Quadro 2: Classificação das Empresas quanto ao Porte**

	<b>Microempresa</b>	<b>Pequena Empresa</b>	<b>Média Empresa</b>	<b>Grande Empresa</b>
<b>ESTATUTO MPE</b>	Faturamento anual até R\$244.000,00	Faturamento anual até R\$ 1,2 milhão	-	-
<b>SIMPLES</b>	Receita Bruta Anual até R\$ 120.000,00	Receita Bruta Anual até R\$ 1,2 milhão		
<b>SEBRAE (Indústria)</b>	0 – 19 empregados	20 – 99 empregados	100 – 499 empregados	Acima de 500 empregados
<b>SEBRAE (Comércio e Serviços)</b>	0 – 9 empregados	10 – 49 empregados	50-99 Empregados	Acima de 100 empregados
<b>BNDES</b>	Receita Operacional Bruta anual ou anualizada de até R\$ 1,2 milhão	Receita Operacional Bruta anual ou anualizada superior a R\$ 1,2 milhão e inferior ou igual a R\$ 10,5 milhões	Receita Operacional Bruta anual ou anualizada superior a R\$ 10,5 milhões e inferior ou igual a R\$ 60 milhões	Receita Operacional Bruta anual ou anualizada superior a R\$ 60 milhões.
<b>RAIS/MTE</b>	0 -19 empregados	20 -99 empregados	100 – 499 Empregados	Acima de 500 empregados

Fonte: RAIS/MTE Lei nº 9.317/96 e IN SRF nº 034/01

As empresas contribuem para o crescimento e desenvolvimento do espaço em que vivem. O crescimento depende da soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região em um dado período de tempo. O aumento do número de empresas do Brasil, deve-se a diversos fatores, mas destaca-se aqui, o aumento do empreendedorismo.

### 2.2.2 O Empreendedorismo e suas Alterações no Espaço

A noção de empreendedor foi introduzida por Joseph Schumpeter no século XX, como alguém que desafia ou destrói criativamente produtos, serviços e relações de mercado

existentes. O empreendedorismo como função refere-se ao rompimento do equilíbrio entre empresas, causado pela criação ou aplicação de novas combinações de recursos por uma organização (SCHUMPETER, 1934 *apud* FERNANDES; SANTOS, 2008).

Ao estudar o empreendedorismo, é necessário considerar não apenas o processo de criação, mas o capital humano, desempenhado pelo trabalho individual e pelo trabalho em equipe, a estrutura da organização, o tipo de empresa e atividade que desenvolve e a comunidade onde está inserida, que considera traços culturais.

No Brasil, o empreendedorismo começou a se fortalecer na década de 1990, durante a abertura da economia. As transformações no comportamento das empresas impostas pela entrada de produtos importados trouxe problemas para alguns setores que não conseguiam competir com os novos produtos que entravam no país.

Como consequência deste processo de abertura comercial, as empresas de todos os tamanhos e setores tiveram que se modernizar para poder competir e voltar a crescer.

O Brasil ocupa, atualmente, posição de terceiro colocado dentre os países mais empreendedores, que fazem parte do G-20 (SEBRAE- SP, 2010). As características de um empreendedor envolve diversas competências e habilidades técnicas, gerenciais e comportamentais.

O crescimento do empreendedorismo no Brasil provocou significativas alterações no espaço, no que se refere ao papel das empresas. O número de micro e pequenas empresas no Brasil cresceu sobremaneira, e estas ganharam mais espaço e importância na economia. Atualmente, de cada 100 empresas brasileiras, 95 são micro ou pequenas empresas (SEBRAE -SP, 2009). Juntas elas empregam cerca de 40 milhões de trabalhadores, mais da metade de toda mão-de-obra do País.

Um importante fator que colaborou para a difusão da cultura empreendedora e para o fortalecimento das micro e pequenas empresas no Brasil, foi a instituição de projetos de instalação de incubadoras de empresas.

### **2.2.3 Incubadoras de Empresas**

Uma incubadora é um ambiente especialmente planejado, baseado no empreendedorismo e que visa a difundir o conhecimento. Ela apóia projetos inovadores por meio de serviços especializados e consultorias que facilitam o seu desenvolvimento. Foram criadas com o objetivo de apoiar novos empreendimentos e projetos inovadores, oferecendo o ambiente necessário para

o seu crescimento, ou seja, disponibilizam às micro e pequenas empresas serviços especializados, orientação e consultoria, espaço físico planejado, infraestrutura técnica, administrativa, operacional, além de uma série de outros benefícios como a intermediação com instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e iniciativa privada (SEBRAE-SP, 2010).

De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC (2010), a contribuição das Incubadoras de Empresas no Brasil, tem vindo na forma de novas empresas criadas, geração de empregos, desenvolvimento de novas tecnologias e criação de estratégias para promoção de desenvolvimento regional e setorial.

Alguns dos dados do movimento de incubadoras, divulgados pela ANPROTEC, são:

- a) Mais de 40% das Universidades Federais do País contam com uma incubadora;
- b) 88% das incubadoras priorizam o desenvolvimento econômico regional;
- c) 97% das incubadoras priorizam o incentivo ao empreendedorismo;
- d) 33% dos finalistas do Prêmio de Inovação Tecnológica da FINEP nos últimos 3 anos nas categorias "produto", "processo" e "pequena empresa" nasceram em incubadoras;
- e) 64% dos municípios com menos de 1 milhão e mais de 300 mil habitantes possuem uma Incubadora e/ou Parque Tecnológico;
- f) 84% das incubadoras priorizam a geração de empregos;
- g) 72% das incubadoras priorizam o desenvolvimento tecnológico;
- h) 20% dos municípios com mais de 50 mil e menos de 300 mil habitantes possuem uma incubadora e/ou parque tecnológico;
- i) 100% dos municípios brasileiros com mais de 1 milhão de habitantes possui uma incubadora e/ou parque tecnológico;
- j) Tempo médio de incubação é de 4 anos;
- k) Existem cerca de 400 incubadoras no Brasil;

Entender a atividade empreendedora e considerar a presença das micro e pequenas empresas na transformação do espaço é importante, não apenas para a iniciativa privada, como também para o setor público ao elaborar o Planejamento Urbano e Regional.

### **2.3 Crescimento e Desenvolvimento**

O conceito de crescimento está associado a aspectos econômicos, predominantemente quantitativos e relacionados ao volume de produção que uma determinada economia é capaz de gerar. Desta forma, o indicador mais utilizado é o total da produção ou o total de renda agregada.

Desenvolvimento, por sua vez, implica na transformação qualitativa da estrutura econômica e considera elementos como o nível de bem-estar da população, acesso à educação, saúde, saneamento básico, habitação, infra-estrutura, por exemplo.

Do ponto de vista espacial ou regional, pode-se classificar o desenvolvimento como endógeno e exógeno. O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região (AMARAL FILHO, 1996) Este processo proporciona um desdobramento que permite a retenção do excedente econômico gerado em uma economia local, ou permite, ainda, a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Para Amaral Filho (1996), o resultado deste processo (interno) é a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Para Souza (2006), desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva, ou seja, “[...] considera-se que houve um desenvolvimento sócio-espacial, quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social”. O desenvolvimento endógeno considera, ainda, a contribuição dos atores locais (produtores, consumidores, sindicatos, associações, governo, sociedade), a cultura, conhecimento e aprendizado da região. Desta forma, o desenvolvimento regional deixa de ser estruturado pelo planejamento centralizado e passa a ter uma ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais (BOISER *apud* SOUZA, 2006).

O desenvolvimento exógeno, por sua vez, é um processo que ocorre “de fora para dentro”, ou seja, por meio de intervenção, de políticas públicas e planejamento do poder público, capaz de produzir efeitos sobre a região ou o espaço em questão. Pode-se considerar como exemplos, a atração de indústrias, em resposta a programa de incentivos governamentais (estaduais ou municipais), investimento em infra-estrutura e logística (estradas, portos e aeroportos) e disponibilidade de recursos (mão-de-obra e recursos naturais).

De acordo com Amaral Filho (1996), o desenvolvimento exógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável por um longo período, deve-se abastecer de três fontes alternativas àquelas de natureza puramente fiscal:

(i) novo papel do Estado federado; (ii) estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta de capital fixo; e (iii) valorização dos novos fatores de produção. (AMARAL FILHO, 1996)

A consideração do autor sobre o papel do Estado Federal, não exime a participação do Estado, ou não significa que o Estado não tenha o seu papel na política de desenvolvimento regional. Ao contrário, o papel do Estado, na posição de agente coordenador das políticas fiscal-financeiras praticadas pelas unidades federadas é indispensável.

Outro aspecto importante que deve ser considerado no desenvolvimento exógeno, é que este deve variar de região para região ou de local para local, de acordo com as características que lhes são peculiares, não devendo importar modelos ou realizar imitações. A competitividade acirrada que os agentes produtivos enfrentam e a forma como interferem no desenvolvimento regional e local, deve trazer consigo, a necessidade de traçar estratégias capazes de proporcionar às regiões, um desenvolvimento que permita criar um pólo de crescimento com efeitos multiplicadores e capazes de gerar novas atividades econômicas, emprego e renda, de maneira sustentável. Não significa apenas um amontoado de empresas, mas os efeitos que estas podem provocar e suas interfaces, como observou Porter :

...o agrupamento ou aglomeração de empresas, indústrias ou setores rivais em uma determinada região gera condições propícias para a criação e multiplicação de fatores além daqueles tradicionais. (PORTER, 2004).

No que se refere à valorização dos novos fatores de produção, para que se possa crescer, a longo prazo, com produtividade, competitividade, distribuição de renda mais justa e com responsabilidade social, diminuindo os impactos ambientais, a estratégia de desenvolvimento deve contemplar e valorizar outros fatores de produção, além daqueles tradicionais (recursos naturais, terra e trabalho). É importante considerar fatores como o capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente, que ativam a inovação e criatividade.

Os impactos causados pelo crescimento e desenvolvimento econômico por meio de uma exploração natural afetam o homem em diversas dimensões e as conseqüências deste processo assumem um papel de destaque no século XXI.

### 2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

O sistema capitalista promove o desenvolvimento econômico, mas por sua vez, outras questões surgem como consequência natural da aceleração do processo de globalização presenciada a partir de 1980. A economia procura resolver o problema de escassez de recursos face às necessidades humanas que são ilimitadas. Porém, dentre as diversas preocupações dos economistas, empresários e formuladores de políticas públicas, existem outros aspectos, que não podem ser negligenciados, como o ecológico, o espacial, o cultural e o político que são pilares da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade reúne três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico (DONAIRE, 1995).

Define-se como Desenvolvimento Sustentável, "aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades" (CMMDA, 1995).

Para Meyer (2000):

“o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico e maior percepção com os resultados sociais decorrentes e equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais”.

Os pontos fundamentais apontados por este autor referem-se ao fato de que as reservas naturais são finitas; as soluções ocorrem por meio da utilização de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente; e as sociedades devem adotar ações que preservem o meio ambiente em busca da sustentabilidade.

No cenário atual, em que o imperativo da globalização traz para as empresas novos desafios, Donaire (1995) salienta que o retorno do investimento, antes entendido simplesmente como lucro e enriquecimento de seus acionistas, ora em diante, passa, fundamentalmente, pela contribuição e criação de um mundo sustentável. Sachs *apud* Campos, Caleffi e Souza (2005), apresenta cinco dimensões do que se pode chamar desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

Entende-se como sustentabilidade social, a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de

renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

A sustentabilidade econômica deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

A sustentabilidade ecológica pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem.

A sustentabilidade espacial deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

E por fim, a sustentabilidade cultural, que inclui a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Entende-se por Cultura, o conjunto de valores, diversidade, conhecimento, crenças, arte, moral, leis, línguas, costumes, hábitos, visões e aptidões adquiridos pelos homens como membros de uma sociedade (LAKATOS & MARCONI, 1999 p.131).

Com base neste conceito, as empresas devem buscar sua sustentabilidade, observando as características que lhes são peculiares, de acordo com o espaço onde vivem e a atividade que exercem.

## **2.4 Planejamento Urbano e Regional**

Em um sentido amplo, planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências. (CARTA DOS ANDES, 1958)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Citação feita pelo Professor Pedro Moreira Neto durante a ministração de aula no Programa de Pós-Graduação em PUR-UniVap/IPD

O Planejamento não é um projeto que apresenta início, meio e fim. Deve ser encarado como um processo dinâmico e contínuo, que após a sua elaboração e implantação, deve estar sujeito a avaliações constantes e correções, mediante as necessidades identificadas.

Isto requer a participação ativa de vários agentes, não se traduzindo em um instrumento de exclusiva intervenção do Estado. Dentre os diversos agentes atuantes neste processo, a participação da comunidade e dos agentes produtivos (empresas), exerce papel fundamental, visto que em muitos casos, ambos apresentam forças antagônicas e são elementos de pressão ao setor público, e em seu processo de tomada de decisão. O planejamento pode ser realizado em nível nacional, macro-regional, estadual, micro-regional e municipal.

Ao realizar um planejamento urbano, rural ou regional, deve-se considerar a existência de fatores exógenos, ou seja, da própria intervenção do poder público, capaz de impor transformações no espaço. Porém, este próprio processo de intervenção, que o caracteriza como exógeno (de fora para dentro), não deve ocorrer de forma isolada, visto que deve considerar o que cada região tem de peculiar e incluir tais elementos no planejamento. Desta forma, o desenvolvimento endógeno, pode determinar alguma variáveis a serem contempladas em um Planejamento Urbano Regional.

No Brasil, o planejamento urbano desenvolvido nas últimas décadas, tem se manifestado sob diversas modalidades. De acordo com Villaça (1995), uma das modalidades é o plano diretor, ou idéias sobre plano diretor, ou ainda, o planejamento físico-territorial“. Outras modalidades importantes são o planejamento de cidades novas, o controle do uso e ocupação do solo (códigos de zoneamento e loteamento) e o planejamento setorial (transportes, saneamento etc).

A conceituação do Plano Diretor, de acordo com Villaça (1995), considera que a elaboração de um Plano Diretor requer diagnóstico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região e uma posterior apresentação de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município. Estas propostas devem ser definidas a curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal.

Plano diretor é discutido no Brasil há várias décadas, porém, apenas na década de 90 inicia-se um processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares. Mesmo assim, ainda há muitos desafios e dilemas que o Plano Diretor enfrenta, tais como a participação e interesse efetivo da população e interesses econômicos de



alguns setores produtivos (como o imobiliário, por exemplo) e esforço político do governo municipal em seu papel de influência a outras esferas governamentais.

O plano diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política, vinculada tão somente aos poderes e atribuições de um governo municipal. Seu poder político de “influenciar” outros níveis de governo é pequeno e será nulo se o próprio governo municipal não der credibilidade ao plano (VILLAÇA,1995).

#### **2.4.1 Planejamento Urbano e Gestão Urbana**

O uso da expressão *gestão*, vem se intensificando no Brasil, desde a segunda metade da década de 80. O uso deste termo, no lugar de planejamento, para alguns autores, explica-se pelo descrédito no planejamento, associado a práticas maléficas e autoritárias no âmbito do planejamento urbano e regional (SOUZA, 2006). Porém, na visão deste autor, planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, mas distintos e complementares, pois possuem referenciais temporais distintos e referem-se a diferentes tipos de atividades.

Enquanto gestão refere-se ao presente, ou seja, administração de recursos disponíveis, tendo em vista necessidades imediatas, planejamento refere-se a preparação para a gestão futura (envolvendo projeção de uma situação futura), buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra, em busca de benefícios.

Não se pode descartar, simplesmente o planejamento e a tarefa de planejar, pois é esta atividade que confere aos administradores e profissionais envolvidos no planejamento, a possibilidade de imaginar o futuro e propor melhorias, face as imposições e restrições existentes pela própria natureza e recursos disponíveis, rumo a superação de barreiras e satisfação de necessidades.

Em países onde a cultura do planejamento já é consolidada, o planejamento urbano congrega diversos profissionais. Participam do planejamento, não apenas arquitetos e urbanistas, como também, cientistas sociais de diferentes formações (geógrafos, economistas, administradores, advogados, assistentes sociais, sociólogos, dentre outros).

#### **2.4.2 O Processo de Urbanização e Regionalização**

O processo de urbanização, conforme caracterização de Rolim (2006), “é o processo da transição de uma sociedade rural para uma outra cada vez mais urbanizada”. Considera-se neste processo, que exista um crescimento maior da população urbana que da população rural.

De acordo com Castells (1983 p. 150), urbanização assume dois sentidos opostos: 1) Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; 2) Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana”. Este último relaciona a urbanização à forma de produção industrial e distingue o tipo de trabalho rural do trabalho urbano, um sistema de valores e uma forma específica de organização do espaço – a cidade, cujos traços distintivos são uma certa forma e densidade.

Para Milton Santos (1993 p. 69), a urbanização brasileira foi como um processo consecutivo a revolução demográfica dos anos 50, onde se observou inicialmente, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para por fim, chegar ao estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes). (SANTOS, 1993 p. 69),

A região metropolitana de São Paulo continua sendo a principal área industrial do país, mas seu crescimento tem se dado mais lentamente do que em algumas regiões do interior do Estado. Nas últimas décadas, tem se especializado nas atividades do setor serviços de alta tecnologia. A diminuição no ritmo de crescimento metropolitano foi relativamente compensada pelo crescimento urbano-industrial de cidades e aglomerações urbanas que se encontram no interior do Estado.

Além do aumento industrial, o interior também teve suas atividades terciárias desenvolvidas, principalmente nas sedes regionais de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos (BORDO, 2005).

O Estado de São Paulo, por contar com vias de transporte de trânsito rápido associadas à infra-estrutura logística de comunicação por *internet* e fibras óticas, que proporcionam condições mais favoráveis para a localização industrial e a dinâmica interna das cidades, desenvolveu-se e expandiu o seu processo de urbanização e regionalização.

A interiorização da indústria foi incentivada por programas governamentais, nos quais os governos federal e estadual realizaram obras de infra-estrutura melhorando os sistemas de transporte e fornecimento de energia, principalmente nas cidades médias do interior, capacitando-as para receber os eventuais investimentos industriais provenientes da descentralização industrial da metrópole paulista. Nesse processo, os municípios ofereceram políticas de atração de indústrias, como por exemplo, a isenção de tributos municipais e doação de terrenos.

A presença das indústrias de grande porte e o crescimento demográfico das cidades fez surgir uma nova configuração do espaço, que passou a contar com um número expressivo de micro e pequenas empresas que desenvolvem atividades em outros setores econômicos (comércio e serviços).

O crescimento do número de empresas deve-se, ainda, a uma ação mais efetiva de um planejamento e implementação de ações e programas voltados para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, realizados por instituições como o Sebrae-SP – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Prefeituras Municipais e Instituições de Ensino. Um exemplo de programa voltado ao desenvolvimento da atividade empreendedora e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, foi a criação de incubadoras de empresas em diversas regiões do Estado.

De acordo com a divisão do Brasil adotada pela Fundação IBGE, vigente a partir de 1995, o Estado de São Paulo está dividido em Regiões Administrativas e Regiões de Governo (Quadro3). Esta divisão é consequência de uma preocupação do Poder Executivo em identificar conjuntos de cidades com características semelhantes quanto a vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional, dentre outros aspectos comuns às cidades que compõem cada região.

**Quadro 3: Divisão da Região do Vale do Paraíba**

<b>RG de Caraguatatuba</b>	<b>RG de Cruzeiro</b>
Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba	Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz e São José do Barreiro.
<b>RG de Guaratinguetá</b>	<b>RG de São José dos Campos</b>

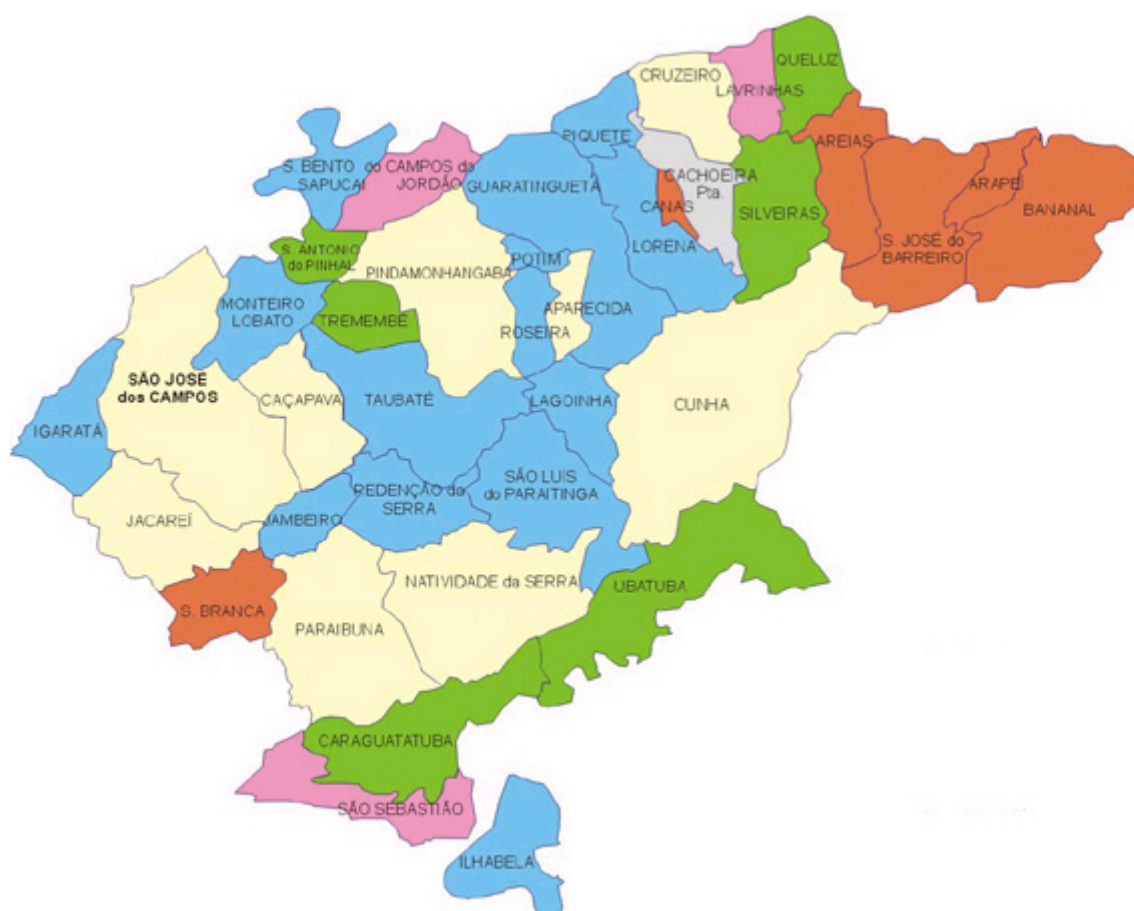
Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira.	Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.
<b>RG de Taubaté</b>	<b>RA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>
Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, Taubaté, Tremembé	RG de Caraguatatuba RG de Cruzeiro RG de Guaratinguetá RG de São José dos Campos RG de Taubaté

Fonte: Fundação SEADE (2010)

A Região do Vale do Paraíba ou Região Administrativa de São José dos é formada por 39 (trinta e nove) municípios, ocupando uma área de 16.268 km<sup>2</sup>, o que perfaz 6,5% do território paulista. Está dividida em cinco Regiões de Governo. É uma das principais regiões do Estado, em termos populacionais, número de empresas e geração de renda.

### 3 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS NO VALE DO PARAÍBA

A Região do Vale do Paraíba compõe-se, territorialmente, de áreas de serra, o Vale do Rio Paraíba do Sul e uma vasta região litorânea. Longitudinalmente é cortada pela Rodovia Presidente Dutra, e liga-se ao litoral pela Rodovia dos Tamoios. O acesso rodoviário, de Taubaté a Ubatuba, ainda é bastante precário. Conta com o Porto de São Sebastião, de canal bastante profundo, mas cuja expansão encontra-se limitada pelas dificuldades ambientais e de acesso terrestre ao planalto. A Região Administrativa dispõe, ainda, de aeroporto em São José dos Campos e em Ubatuba.



**Figura 1: Mapa da Região do Vale do Paraíba**

Fonte: <http://www.apecoesp.org>

### 3.1 Breve Histórico da Região do Vale do Paraíba

A história da região está associada ao cultivo do café, a partir do século XIX. Tal cultura proporcionou o desenvolvimento econômico, o crescimento de vilas e cidades e uma incipiente industrialização. Com a decadência da cafeicultura, sucedeu-a a pecuária de leite, disponibilizando mão-de-obra e criando condições para a diferenciação das atividades urbanas e para a industrialização.

Na década de 1950, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e os demais investimentos federais em núcleos de desenvolvimento tecnológico (Centro Técnico Aeroespacial – CTA e Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA) e estratégico (Embraer, Avibrás e Engesa) foram responsáveis pelo surgimento de arranjos produtivos nos setores aeroespacial e bélico e pelo expressivo crescimento industrial da Região.

Vale ressaltar, que o processo de urbanização do Vale do Paraíba está historicamente associado às transformações do sistema produtivo e às resultantes das intervenções, no plano federal e estadual, de eixos interestaduais e intermunicipais de transporte, como a ferrovia no século XIX e, as rodovias, Presidente Dutra, D. Pedro I, Ayrton Senna e Carvalho Pinto, a partir da segunda metade do século XX (MOREIRA NETO, 2009). Os atrativos da Região do Vale do Paraíba já não eram apenas as características naturais que haviam favorecido os primeiros assentamentos, mas, *vantagens competitivas em atributos construídos* (MANOLESCU;KROM; p.156), em especial a localização privilegiada, entre São Paulo e Rio de Janeiro, os serviços da estrada de ferro, mas principalmente o capital acumulado com a exportação do café, agora disponível para novos investimentos.

Nesta nova fase da industrialização, que se fez notar principalmente nos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá, Cruzeiro, Taubaté e Caçapava, surgiu uma indústria moderna e de grande escala, voltada para os mercados nacional e internacional e com predomínio dos segmentos de material de transporte, mecânico, metalúrgico e petroquímico.

### 3.2 Principais Municípios do Vale do Paraíba

Dos 39 municípios do Vale do Paraíba, os mais importantes, em termos de população, participação na atividade econômica, número de empresas, renda e emprego, são os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

### 3.2.1 O Município de São José dos Campos

O município de São José dos Campos fica junto à Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Outras estradas de acesso são: a SP-50, que liga a região ao sul de Minas Gerais e Campos do Jordão; e a Rodovia dos Tamoios (SP-99), em direção ao litoral norte paulista e ao Porto de São Sebastião. Paralela à Via Dutra, encontra-se a SP-70 Rodovia Carvalho Pinto, que liga a Região Metropolitana de São Paulo ao Vale do Paraíba, conectando-se com a Rodovia dos Tamoios.

São José dos Campos recebe gás natural da Bacia de Campos e do Gasoduto Bolívia-Brasil e dispõe de ampla rede de fibra óptica.

O complexo industrial de São José dos Campos, destaca-se no cenário nacional pelo forte desempenho nos setores automotivo, telecomunicações, aeroespacial e de defesa, setor químico e petróleo e suas respectivas cadeias produtivas.

O município dispõe de ambiente empresarial na área de tecnologia, favorecendo a entrada de novas empresas do setor. Esse ambiente é composto por prestadoras de serviços, desenvolvedoras de sistemas, *softwares*, *websites* e consultorias, envolvendo ampla gama de tecnologias e aplicações, como telemetria, automação de processos, sensoriamento remoto e telecomunicações.

Dentre as empresas locais, destaca-se a EMBRAER – Empresa Brasileira Aeronáutica, quarta empresa fabricantes de aviões comerciais no mundo e líder na fabricação de aviação regional.

Abriga, dentre outras empresas, a Refinaria Henrique Lage – REVAP, a General Motors, Monsanto, Ericsson, Johnson & Johnson, Panasonic, Hitachi, TI Automotive, Eaton, Orion, Healtcraft e BBA Crylor.

A cidade abriga renomados estabelecimentos de ensino superior, além de institutos de pesquisa formadores de mão-de-obra altamente especializados em várias áreas. Isto faz de São José dos Campos um dos maiores centros de referência científica e tecnológica da América Latina (IBGE 2010).

Esses institutos estão localizados no CTA, vinculado ao Comando da Aeronáutica, que conta com quatro unidades: o ITA, com cursos de graduação em diversas modalidades de Engenharia; o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, que desenvolve projetos nos setores aeronáutico, aeroespacial, de defesa e de propelentes químicos; e o Instituto de Estudos Avançados – IEAv, com pesquisas em ciência pura e aplicada, o Instituto de Fomento Industrial – IFI. Outros institutos ligados ao setor aeroespacial são: Instituto de Proteção ao Voo – IPV e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (PMSJC, 2010).

O município ainda conta com 4 (quatro) incubadoras de empresas, de caráter misto e tecnológico.

A primeira incubadora de empresas instalada em São José dos Campos, foi a Incubadora Tecnológica UNIVAP, em fevereiro de 1997 e em março de 2000, foi inaugurada a Incubadora Tecnológica UNIVAP – REVAP.

Em junho de 2005, o Município ganhou mais uma incubadora, mas esta com atividade mista (não apenas empresas de base tecnológica), denominada CECOMPI – Centro para a Competitividade e Inovação. Este novo modelo de incubadora acolhe projetos e idéias que tenham viabilidade técnica e potencial para serem competitivas no mercado. Em novembro do mesmo ano, surge a INCUBAERO – Incubadora Tecnológica Aeroespacial, que é uma Incubadora de Empresas e Projetos, criada pela Fundação Casimiro Montenegro Filho para desenvolver o setor aeroespacial, com a parceria do Centro Técnico Aeroespacial e de entidades de fomento tecnológico.

Pela segunda vez consecutiva, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ganha o prêmio “Prefeito Empreendedor”.

Em maio de 2010, a Prefeitura de São José dos Campos, ganhou pela segunda vez consecutiva ( V e VI Edição) o Prêmio Prefeito Empreendedor, na categoria Médios e Grandes Municípios.

### **3.2.2 O Município de Taubaté**

O nome Taubaté é originário de vocábulo indígena e já foi escrito de várias formas: Taoboathé, Taybaté, Thaubaté, Tabuathé. Recebe também muitas interpretações: Taba (aldeia) e Eté (legítima, verdadeira) significando o aldeamento principal; Tauá (barro) e Eté, isto é, (barro legítimo).



Fundada no início do século XVII, desde a época colonial Taubaté começou a se expandir por ser passagem obrigatória entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e ponto de partida de expedições colonizadoras (entradas e bandeiras), tendo sido instalada aqui a "Casa de Fundação de Ouro". Foi também centro de área rural, abastecedora das zonas de mineração e das tropas que pelo vale transitavam, desempenhando relevante papel na evolução histórica e econômica do país. Sua projeção sócio-econômica aumentou na segunda metade do século XIX, em pleno ciclo cafeeiro, quando no auge da produção cafeeira do Vale do Paraíba, foi destaque como o município de maior produção na zona paulista.

A fixação da indústria de autopeças, entre outros segmentos diversificados, com investimentos maciços de capital estrangeiro neste município, proporcionou impulsos efetivos de desenvolvimento. (FUNDAÇÃO SEADE, 2010)

O Município tem um Parque Industrial bastante desenvolvido e diversificado estando nele localizadas indústrias automobilísticas (Ford e Volkswagen), de autopeças, sendo que os programas de terceirização fomentaram a instalação de diversas indústrias de autopeças, tanto para montagem de veículos como para motores, eixos e câmbios além das indústrias e empresas de suporte. Conta com indústrias alimentícias, essências e fragrâncias, eletrônicas, celulares (como a LG Electronics), químicas, móveis, têxteis, processamento de aço, logística, elevadores, brinquedos, reciclagem, dentre outras, além de um grande armazém alfandegado. Tem apresentado um crescente número de investimentos estrangeiros (empresas espanholas, portuguesas, coreanas, americanas, inglesas, alemãs e francesas).

O aumento do número de micro e pequenas empresas, está vinculada a existência de uma economia intensa e estável representada por empresas maiores. Conta com uma Área Industrial (Parque do Aeroporto), que foi desenvolvida com lotes pequenos para a implantação de micro e pequenas empresas, proporcionando maior geração de empregos. Taubaté mantém em três dos seus seis distritos industriais, galpões para encubar microempresas de segmentos industriais diversos (PMT, 2010).

### **3.2.3 O Município de Jacareí**

O Município de Jacareí começou a ser povoado em 1652, com o nome de Nossa Senhora da Conceição da Parayba, pela iniciativa de Antônio Afonso e seus três filhos. Foi elevada à Vila em 22 de novembro de 1653 e tornou-se cidade em 03 de abril de 1849. Antigo caminho para as "minas gerais", usando o rio Paraíba, Jacareí passou de humilde pousada colonial de tropeiros, ao longo dos anos, para cidade progressista, a partir de 1790, com o café no Vale do Paraíba.

O núcleo inicial "parece ter sido" a Capela do Avareí (1728) e depois o Largo da Matriz (século 19), que foi urbanizado na década de 1930. Atualmente, o largo da Matriz é palco das festas em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora Imaculada Conceição, que são realizadas há mais de 100 anos. O dia da padroeira é 8 de dezembro, feriado municipal (PMJ, 2009).

Em 27 de outubro de 1700, recebeu o nome de Vila de Paraíba. Em 1849 passou a ser município. Existem duas hipóteses diferentes para a origem do nome "Jacareí". Uma delas, é que há muito tempo havia um grande número de jacarés nas lagoas e no Rio Paraíba do Sul. Durante a realização de reunião social, à margem do rio próximo à lagoa, uma das pessoas que ali se divertia, olhando a grande quantidade de jacarés, fez uma observação sobre a cena. Foi esta simples interjeição, que ligada a jacaré, deu como resultado: Jacareí. A outra hipótese é a palavra vir do tupi-guarani - icare-ig - que significa "Rio dos Jacarés".

Jacareí foi criada a partir da irradiação de povoamento de Mogi das Cruzes, foi fundada em 1652, por Antônio Afonso e seus filhos. Um ano depois já era vila e em 1849, cidade. Com o café, a cidade passa a ter calçamento, novas ruas e atividades de lazer, com um pequeno crescimento populacional.

É nesta fase (final do século XIX), que começam a surgir as indústrias, iniciando com a fábrica de meias e do "Biscoitos Jacareí", dando um salto de desenvolvimento no século XX, com a instalação de diversas indústrias (FUNDAÇÃO SEADE, 2009)

Em 2005, inaugurou uma Incubadora de Empresa, denominada como Núcleo de Desenvolvimento Empresarial de Jacareí.

Atualmente, a cidade é conhecida como "Capital da Cerveja" pela produção diária de suas fábricas, consideradas como as maiores da América Latina (AMBEV e FEMSA), além de contar com um parque industrial com destaque para as fábricas de papel, vidro e produtos químicos (PMJ, 2009).

### **3.2.4 O Município de Pindamonhangaba**

Pindamonhangaba está localizada às margens da Rodovia Presidente Dutra. Data do final do século XVI a ocupação da área onde hoje se situa Pindamonhangaba. No local passou a existir uma "paragem", com ranchos e pastaria. Não se sabe exatamente quando o local passou a ser chamado PINDAMONHANGABA, nome indígena que significa "lugar onde se fazem anzóis".

Por volta de 1680, Pindamonhangaba já era um povoado, vinculado ao Termo (Município) de Taubaté. Data dessa época a construção do primeiro templo, a capela de São José, erigida por Antonio Bicudo Leme e seu irmão, Braz Esteves Leme. Em 10 de julho de 1705, o povoado recebeu foros de vila, ficando, portanto, politicamente emancipado de Taubaté. Durante o século XVIII desenvolveu-se em Pindamonhangaba uma atividade agropastoril, com predominância da cultura de cana-de-açúcar e a produção de açúcar e aguardente, em engenhos.

Durante o período do café no Brasil, a cidade viveu sua fase de maior brilho e se destacou no cenário Nacional. O ciclo do café floresceu no Município a partir de 1820, e Pindamonhangaba se tornou um grande centro cafeeiro, apoiado em suas terras férteis e na mão-de-obra escrava. Nessa época foram construídos o Palacete 10 de Julho, o Palacete Visconde da Palmeira, o Palacete Tiradentes, a Igreja São José e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, que ainda hoje são marcos da riqueza produzida pelo café. Pindamonhangaba foi elevada a cidade por lei provincial de 03 de abril de 1849 e ganhou do cronista e poeta Emílio Zaluar o título de "Princesa do Norte". O ciclo do café extinguiu-se no final da década de 1920, não tendo resistido aos golpes produzidos pela exaustão das terras, a libertação dos escravos e a crise econômica mundial. A partir daí, a economia de Pindamonhangaba passou a se apoiar na constituição de uma importante bacia leiteira, em extensas culturas de arroz e na produção de hortigranjeiros. Foi uma época de pequeno crescimento econômico, que se estendeu até o final da década de 1950, quando o Município entrou no ciclo pré-industrial. O período de 1970 a 1985 foi, para Pindamonhangaba, uma fase de crescimento industrial extremamente acelerado, que mudou, profundamente, a face do Município. (PMP, 2010).

Era uma "cidade de fim-de-semana", com poucas ruas e casas. Começa a crescer a partir da metade do século XIX, quando as atividades urbanas crescem. Surgem as primeiras atividades industriais, como o beneficiamento de arroz e a de tecidos. No século XX, destacou-se por atrair investimentos de grande porte, formando um diversificado

parque industrial com empresas vinculadas ao setor de alumínio, aço, autopeças, papel, têxtil, plástico, farmacêutico e químico, como a Dow Química, por exemplo, que é a terceira maior indústria do setor em operação no país (IBGE, 2010).

### **3.2.5 O Município de Guaratinguetá**

O nome Guaratinguetá originou do Tupi-Guarani guará = garça, tinga = branca, ETA = muito, que significa “Muitas Garças Brancas”.

Em 1628, conforme consta do primeiro Livro-Tombo da Catedral de Santo Antônio, dava-se a conhecer o povoamento destas terras por Jacques Félix e filhos. Dia 13 de junho de 1630, data dedicada ao Santo Padroeiro, marca a fundação de Guaratinguetá, pela construção da capela "erguida em palha e parede de mão".

Em 13 de fevereiro de 1651, com a abertura da "estrada", o povoado é elevado a Vila e é erigido o pelourinho. Guaratinguetá destaca-se como uma das principais vilas da Capitania no Vale do Paraíba, no século XVIII, que reserva à cidade, além dos períodos do ouro e do açúcar, fatos de especial significância religiosa.

Em 1717, a imagem enegrecida de Nossa Senhora da Conceição foi encontrada por pescadores nas águas do Rio Paraíba, dando origem à cidade de Aparecida. Em 1739, nasce aquele que, em 25 de outubro de 1998 torna-se o primeiro brasileiro nato beatificado pelo Vaticano: Frei Antônio de Sant’Anna Galvão, canonizado em 11 de maio de 2007 pelo Papa Bento XVI.

Em 1757, foi fundada a Irmandade de São Benedito junto à Capela de São Gonçalo e, a partir daí, provavelmente, inicia-se a Festa em louvor a este Santo que perdura até a atualidade. No século XIX, Guaratinguetá atinge o apogeu do período do café. Em 18 de agosto de 1822, Guaratinguetá foi escolhida por D. Pedro I para pernoite, quando fazia a "trilha da Independência".

Em 23 de dezembro do mesmo ano, morria Frei Galvão. Em 1844, Guaratinguetá é elevada à categoria de cidade. Em 7 de julho de 1848, nasce Francisco de Paula Rodrigues Alves, futuro Conselheiro e Presidente da República (eleito duas vezes).

O ano 1885 marca o auge da produção cafeeira e 1877 torna-se marco divisor da história com a chegada da Estrada de Ferro que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Ainda no século XIX, Guaratinguetá registra seu pioneirismo regional na imprensa com o jornal “O

Mosaico” (de 1858), o desenvolvimento educacional, os clubes, a Banda, o "Theatro" e o Mercado. Nesse período instalam-se a Escola Complementar, o Ginásio Nogueira da Gama, a Escola de Comércio e a Escola de Farmácia. O século XX, que presencia o esgotamento das terras, enxerga também os novos focos econômicos: pecuária extensiva, industrialização e fomento comercial. Emerge uma "nova" comunidade, com a Escola de Especialistas de Aeronáutica, depois o campus da Unesp – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o Senac e, mais recentemente, a FATEC – Faculdade de Tecnologia.

O desenvolvimento de Guaratinguetá tem no Turismo uma de suas âncoras e, no século XXI, a religiosidade já manifestada na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, com sua água abençoada atraindo peregrinações, ganha o novo impulso da devoção a Frei Galvão, além dos templos religiosos que reúnem arquitetura, arte, beleza e fé desde o século XVIII (PMG,2010).

Com um amplo e diversificado comércio, Guaratinguetá atende as cidades vizinhas e Sul de Minas Gerais. O parque industrial do município abriga empresas ligadas a diversos setores, em especial o químico e o de laticínios. A Unidade da Basf em Guaratinguetá é o maior complexo químico da América do Sul e uma das três maiores fabricantes de defensivos agrícolas do país (IBGE, 2010)

### 3.3 Aspectos Demográficos

De 1980 a 2010 a População do Vale do Paraíba quase dobrou, passando de 1.216 habitantes em 1980 para 2.317 habitantes em 2010, representando um crescimento de 90,59%. Em 2008, a população do Vale do Paraíba era de 2.254 mil habitantes ou 5,48% do total estadual, passando para 2.317 mil habitantes em 2010, representando 5,5%.

**Tabela 1 - População do Estado de São Paulo e do Vale do Paraíba – 1980 a 2010**

POPULAÇÃO TOTAL (mil)	1980	1991	1999	2000	2008	2009	2010
<b>São Paulo</b>	24.954	31.437	36.347	36.975	41.140	41.634	42.137
<b>Vale do Paraíba</b>	1.216	1.643	1.950	1.989	2.254	2.285	2.317

Fonte: Fundação Seade ( 2010)

Similar a outros municípios localizados no interior do Estado de São Paulo, a Região do Vale do Paraíba é responsável por grande parte da População Economicamente Ativa (PEA).

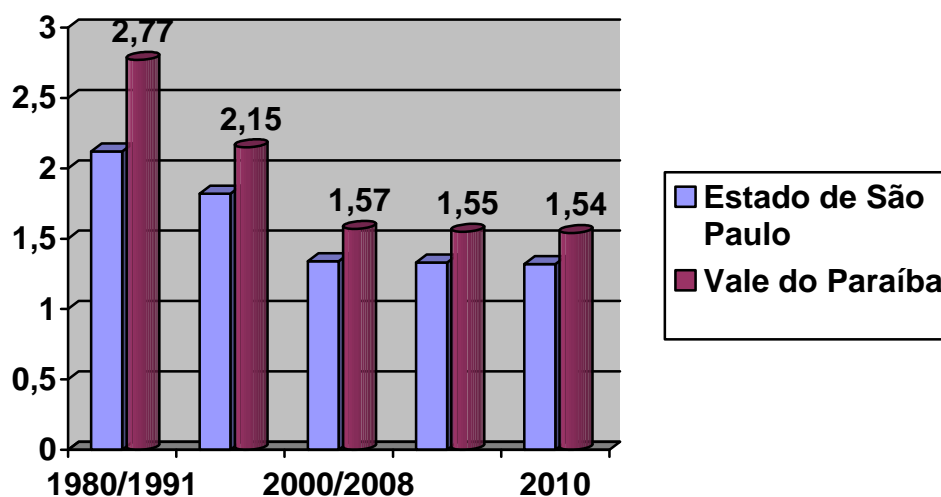
**Tabela 2 – Taxa Geométrica de Crescimento da População Anual**

TOTAL	1991	2000	2010	Média (1991-2010)
São Paulo	2,12	1,82	1,32	1,57
Vale do Paraíba	2,12	2,15	1,54	1,84

Fonte: Fundação Seade ( 2010)

A densidade demográfica em 2008 foi de 139,3 habitantes por km<sup>2</sup>, ainda inferior à taxa estadual, de 165,8 habitantes por km<sup>2</sup>. Com o desenvolvimento industrial, o grau de ocupação urbana não parou de crescer.

O gráfico abaixo, elaborado de acordo com dados extraídos da Fundação Seade, ilustra comparação entre a Taxa Geométrica de Crescimento da População no Estado de São Paulo e no Vale do Paraíba período de 1980 a 2010.



**Figura 2: Gráfico da Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População do Estado de São Paulo e Vale do Paraíba 1980-2010**

Fonte: Fundação Seade ( 2010)– Elaborado pelo autor.

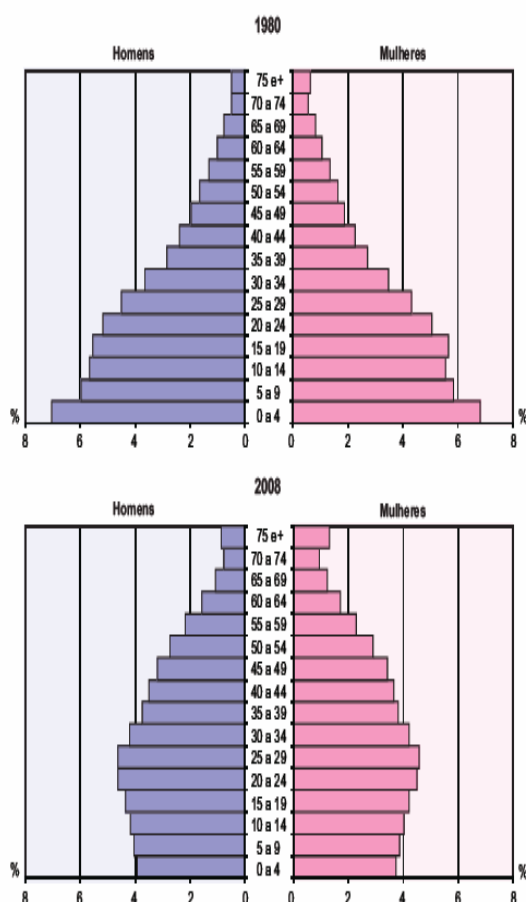
As pirâmides etárias da população mostram que tanto o Estado de São Paulo como o Vale do Paraíba (Figura 3) apresentaram acentuado envelhecimento da população entre 1980 e 2008.

Na Região do Vale do Paraíba, a participação da população de 65 anos e mais aumentou de 3,7% para 6,2%. O aumento da longevidade da população brasileira neste período, explica estes dados.

A participação feminina é maior que a masculina, na faixa compreendida entre 70 e 75 anos ou mais, tanto no Estado de São Paulo (Figura 3), como na Região do Vale do Paraíba (Figura 4).

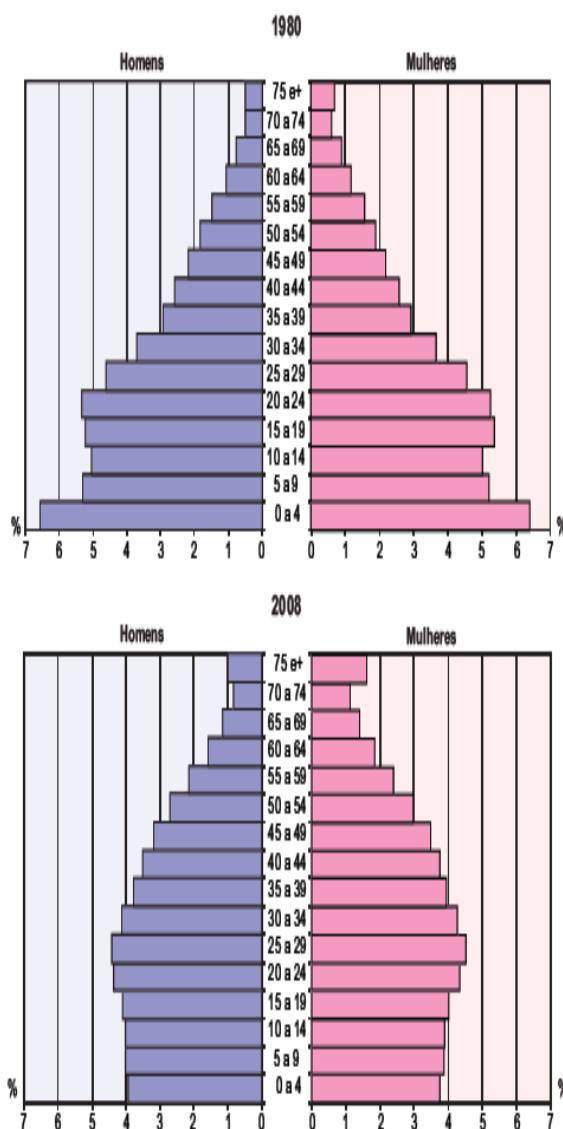
Nestas duas áreas observa-se, também, a redução do contingente de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade, em razão da queda das taxas de fecundidade e natalidade.

No Vale do Paraíba, verifica-se que a participação desse segmento populacional diminuiu de 36,9% para 23,8% no período.



**Figura 3 - Pirâmide Etária da População por Sexo Vale do Paraíba 1980- 2008**

Fonte: PMSJC (2010 )



**Figura 4 – Pirâmide Etária da População por Sexo–Estado de São Paulo 1980- 2008**

Fonte: PMSJC (2010 )

O Município de São José dos Campos é o maior do Vale do Paraíba, em termos territoriais e populacionais. Ocupa uma área de 1.099,61 km<sup>2</sup> e tem uma densidade demográfica de 584,58 habitantes por km. De acordo com levantamento do IBGE, em 2010 a população total foi de 642.807 habitantes. A população urbana no município é predominante. Verifica-se pouca variação da taxa de urbanização de 2000 para 2008, aumentando de 98,78% para 98,96% respectivamente.



A taxa geométrica de crescimento anual do Município de São José dos Campos, no período de 2000 a 2010, foi de 1,79% ao ano, superando a taxa de crescimento do Vale do Paraíba (1,60% a.a) e do Estado de São Paulo (1,32% a.a.). A população feminina em 2000 representava 50,59% da população total e a população masculina 49,41%. Em 2008, população feminina representava 50,74% do total e a população masculina 49,27% (SEADE,2010).

O Município de Taubaté ocupa uma área de 625,92km<sup>2</sup> e tem uma densidade demográfica de 447,05 habitantes por km. A taxa geométrica de crescimento da população anual, no período de 2000 a 2010 foi de 1,39% ao ano. A população urbana no município é predominante. Verifica-se pouca variação da taxa de urbanização de 2000 para 2008, aumentando de 94,14% para 94,93% respectivamente.

A população total do município, no ano de 2000 era de 243.783 habitantes, passando para 272.740 em 2008 e 279.818 habitantes no ano de 2010. A população feminina é predominante, embora não apresente tanta diferença em relação a população masculina, de acordo com dados apresentados na Figura 3.6.

O território de Jacareí ocupa uma área de 460,07km<sup>2</sup>, e apresenta uma densidade demográfica de 472,72 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa geométrica de crescimento da população anual, no período de 2000 a 2010 foi de 1,31% ao ano. A população urbana no município é predominante. A taxa de urbanização em 2000 era de 95,13%, em 2008 96,13% e 2010 96,38%.

A população total do município, no ano de 2000 era de 191.011 habitantes, passando para 212.331 em 2008 e 217.485 habitantes no ano de 2010.

O Município de Pindamonhangaba ocupa uma área de 730,17 km<sup>2</sup> e tem uma densidade demográfica de 202,90 habitantes por km. A taxa geométrica de crescimento da população anual, no período de 2000 a 2010 foi de 1,65 % ao ano. A população urbana no município é predominante. Entre 1990 e 2010, a população total passou de 98.020 habitantes para 148.151 habitantes. Verifica-se pouca variação da taxa de urbanização de 2000 para 2008, aumentando de 94,49% para 95,91% respectivamente.

O município de Guaratinguetá ocupa uma área de 751,44km<sup>2</sup>, e apresenta uma densidade demográfica de 154,90 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa geométrica de crescimento da população anual, no período de 2000 a 2010 foi de 1,12% ao ano (menor que nos municípios de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba). A taxa de urbanização em 2000 era de 95,15%, em 2008 era de 95,38%, e em 2010 de 95,60%.

A população total do município, no ano de 2000 era de 104.101 habitantes, passando para 114.033 em 2008 e 116.400 habitantes no ano de 2010.

**Tabela 3 – População Total dos Municípios do Vale do Paraíba – 1990 a 2010**

RANKING		2010	2000	1990
S. José Campos	1º	642.807	538.298	422.866
Taubaté	2º	279.818	243.783	202.390
Jacareí	3º	217.485	191.011	158.123
Pindamonhangaba	4º	148.151	125.775	98.020
Guaratinguetá	5º	116.400	104.101	100.170

Fonte: Fundação SEADE (2010) Elaborado pelo Autor.

### 3.4 Produção

A Região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, é aquela que apresenta o maior salto quantitativo entre 1996 e 2001 (de 6,5% da indústria estadual para 11%), devido a presença da refinaria de petróleo (a Henrique Lage, de São José dos Campos) e de indústrias voltadas para a exportação (aeronáutica e metalúrgica, principalmente).

Entretanto, essa região apresenta também um aspecto qualitativo importante que é a participação de empresas de alto conteúdo tecnológico, mais relevante nessa região do que nas demais, apresentando alta participação no total do Estado. É o caso, já conhecido, da indústria aeronáutica (a sede da Embraer é em São José dos Campos), que concentra nessa região 84% de todo o Estado, mas também é o caso da alta participação dos setores automobilístico, de metalurgia básica e, principalmente, de equipamentos de informática (14% do Estado, superada somente pela Região Metropolitana de São Paulo).

A Região do Vale do Paraíba, especialmente os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, contribuem expressivamente para a economia do Estado de São Paulo.

A participação desta região no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do Estado de São Paulo, demonstrado na Tabela 4, justifica a sua importância.

**Tabela 4 – Participação Média do Vale do Paraíba no VAF Total Estadual – 2002 a 2007**

<b>VAF Total (em milhões)</b>	<b>2002</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>VAF Estadual Média (%)</b>
Total Estado São Paulo	533.250	512.489	587.050	603.511	<b>100,00</b>
Total Vale do Paraíba	46.651	40.894	38.459	38.897	<b>8,00</b>

Fonte: Fundação SEADE (2010); Elaborado pelo do Autor.

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, o município de São José dos Campos ocupou em 2008 a 7ª posição em termos de participação no Valor Adicionado, com 2,5 % do total do Estado de São Paulo (Anexo B).

O município de Taubaté apareceu em 2º lugar, dentre os municípios do Vale do Paraíba, com uma contribuição de 0,8% no Valor Adicionado Fiscal da atividade econômica estadual, ocupando o 19º lugar no Ranking dos municípios paulistas. O município de Jacareí, ocupou em 2008, o 24º lugar, com 0,6% de participação no VAF estadual (Anexo B).

Pindamonhangaba ficou com o 34º lugar no Estado de São Paulo, com uma participação 0,5% e Guaratinguetá em 68º lugar com 0,2% do total de municípios paulistas (SEFAZ-SP, 2010).

A Tabela 5 apresenta a participação dos Municípios no VAF total do Vale do Paraíba. O município de São José dos Campos é o primeiro colocado, seguido dos municípios de Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. O Apêndice B (Participação dos Municípios no Valor Adicionado Fiscal Total da Região do Vale do Paraíba de 1999 a 2007) foi utilizado para a elaboração destes dados.

Tabela 5 – Participação dos Municípios no VAF Total do Vale do Paraíba – 2002 a 2007

<b>VAF TOTAL</b>	<b>2002 (%)</b>	<b>2004 (%)</b>	<b>2006 (%)</b>	<b>2007 (%)</b>
<b>Vale do Paraíba</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>São José Campos</b>	45,39	45,29	38,37	39,97
<b>Taubaté</b>	11,91	11,13	12,27	13,9
<b>Jacareí</b>	8,90	8,55	8,86	8,72
<b>Pindamonhangaba</b>	5,67	6,17	7,54	6,72
<b>Guaratinguetá</b>	3,50	0,05	4,60	4,16
<b>Demais Municípios</b>	24,63	28,81	28,36	26,53

Fonte: Fundação SEADE (2010); Elaborado pelo autor.

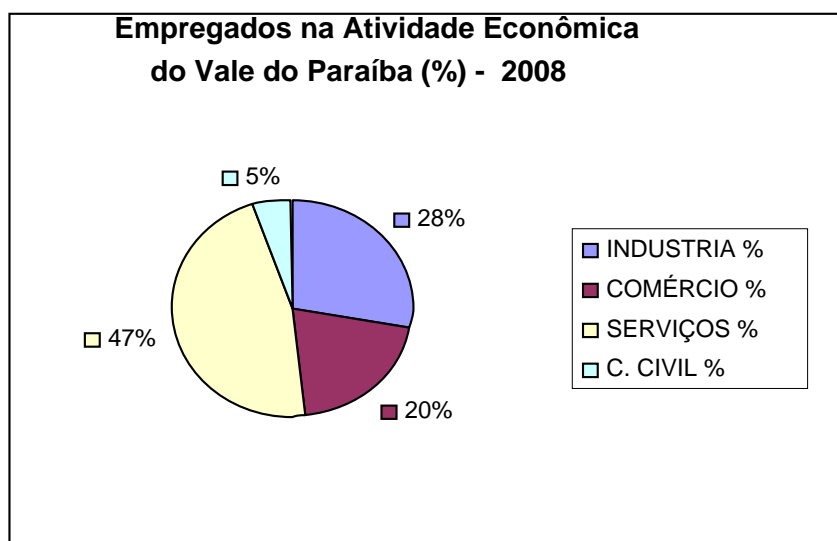
### 3.5 Emprego

Considerando-se as atividades de indústria, comércio, serviços e construção civil, verifica-se que no Vale do Paraíba, assim como em seus principais municípios, a atividade terciária é a que emprega mais pessoas com registros formais. Em 2008, os Serviços, foram responsáveis por 47% dos empregos formais na região.

Tabela 6 – Número de Empregados por atividade econômica - 2008

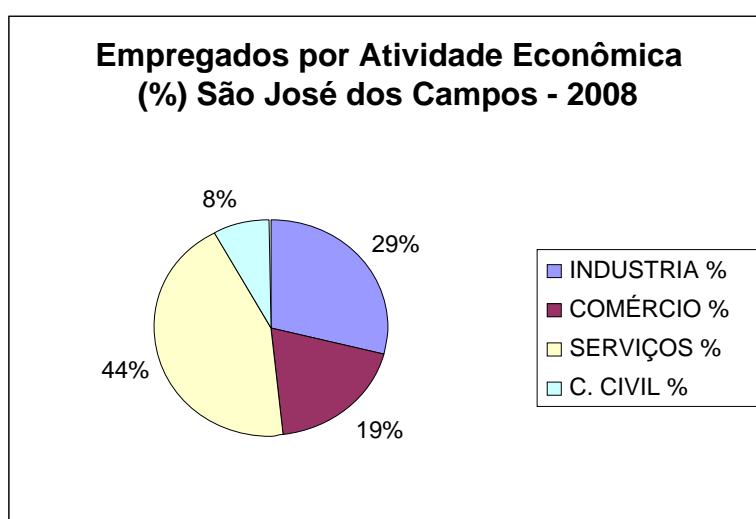
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>INDÚSTRIA</b>		<b>COMÉRCIO</b>		<b>SERVIÇOS</b>		<b>CONSTR. CIVIL</b>		<b>TOTAL</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Vale do Paraíba</b>	135.295	28	97.430	20	232.010	<b>47</b>	27.102	5	491.837	100
S. José Campos	53.352	29	33.783	19	79.679	<b>44</b>	15.353	8	182.167	100
Taubaté	21.592	28	13.027	17	40.089	<b>52</b>	2.694	3	77.402	100
Jacareí	13.506	37	7.330	20	14.696	<b>40</b>	1.364	3	36.896	100
Pindamonhangaba	11.814	<b>45</b>	4.888	18	8.641	33	1.192	4	26535	100
Guaratinguetá	5.013	20	6.133	25	12.542	<b>51</b>	1.134	4	24.822	100

Fonte: Fundação SEADE (1999) Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep 2001



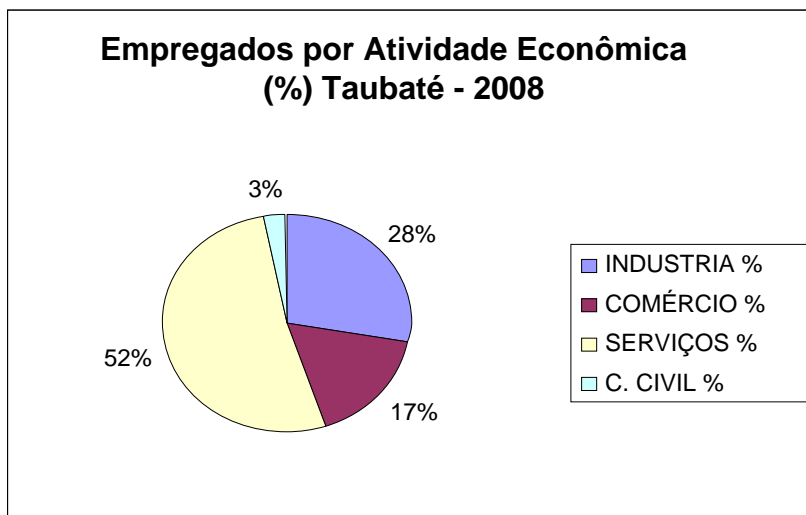
**Figura 5 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra-Vale do Paraíba (%) - 2008**  
Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo autor.

No município de São José dos Campos, a atividade de Serviços empregava, em 2008, 44% da população enquanto a indústria empregava 29%, o comércio 19% e a construção civil 8% da população com vínculos empregatícios.



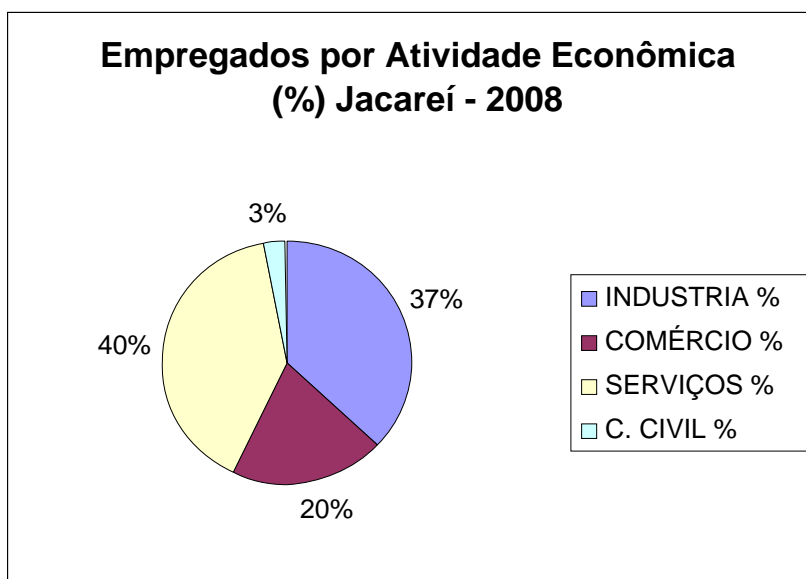
**Figura 6 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra  
São José Campos (%) - 2008**  
Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo autor.

No mesmo período, o Município de Taubaté, o setor de serviços absorvia 52% da mão-de-obra registrada, enquanto a indústria absorvia 28%, o comércio 17% e a construção civil 3%.



**Figura 7 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra – Taubaté (%) - 2008**  
Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo autor.

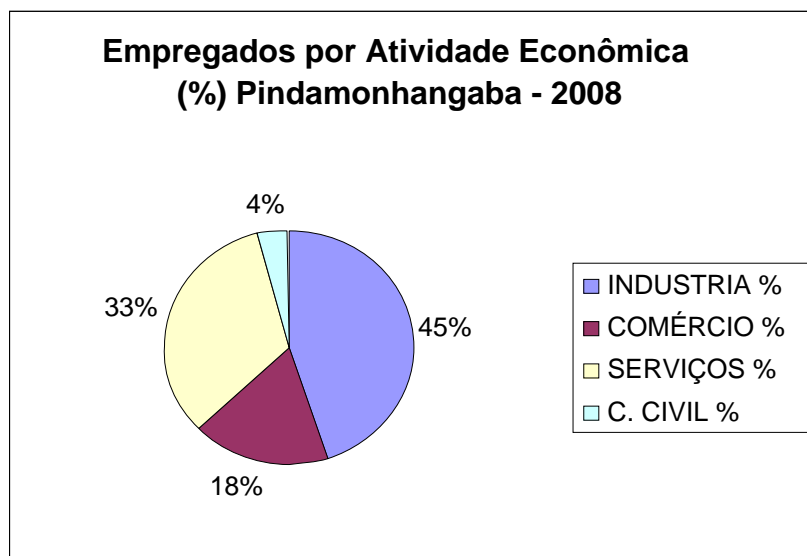
Jacareí, apresentava um comportamento similar a São José dos Campos e Taubaté, com 40% de ocupação da mão-de-obra na atividade de serviços, 37% na indústria, 20% na atividade comercial e 3% na construção civil.



**Figura 8 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra – Jacareí (%) - 2008**  
Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo autor.

O município de Pindamonhangaba, diferencia-se dos demais municípios nesta classificação de atividades que mais absorveu a mão-de-obra com registro em carteira em 2008. Verifica-se uma concentração maior de empregos formais na indústria, com 45% dos empregos, e os serviços aparecem em segundo lugar, absorvendo 33% da mão-de-obra

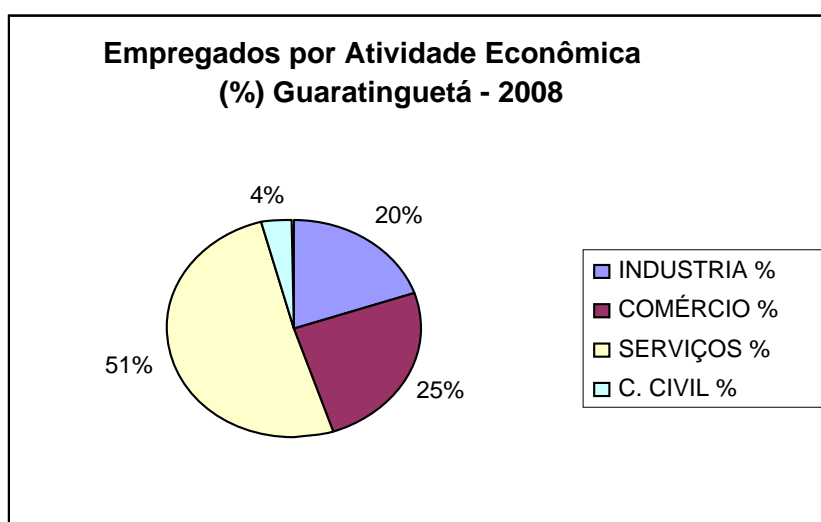
empregada. O comércio foi responsável por 18% dos empregos formais e a construção civil por 4% dos registros em carteira.



**Figura 9 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra Pindamonhangaba(%) - 2008**

Fonte: Fundação SEADE (2010) Elaborado pelo autor.

Em Guaratinguetá, os empregos formais, também predominavam na atividade de serviços, seguido pela atividade de comércio, com 25% dos empregos formais, da indústria com 20% e a construção civil com 4%.



**Figura 10 – Gráfico de Ocupação da Mão-de-Obra-Guaratinguetá (%) - 2008**

Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo autor.

### 3.6 Número de Empresas de acordo com o porte

O aumento do número de micro e pequenas empresas no Brasil deve-se a diversos fatores, mas destaca-se aqui, o empreendedorismo.

Diversas ações têm sido desenvolvidas para disseminar e fortalecer a cultura empreendedora no Brasil e evitar a mortalidade das micro e pequenas empresas antes de completar cinco anos de vida. Esta estatística já reduziu bastante, mas de acordo com relatório elaborado pelo SEBRAE-SP, ainda é elevado.

No período de 1998 a 2007, as taxas de mortalidade caíram em todos os perfis de comparação: no primeiro ano, de 35% para 27%; no segundo, de 46% para 38%; no terceiro ano de atividade, de 56% para 46%; no quarto ano, de 63% para 50% e no 5º ano de atividade, de 71% para 62%.

A cada ano, das 134 mil empresas abertas no estado de São Paulo, quase 88 mil não completam 12 meses de atividades. São 267 mil ocupações que deixam de existir e uma perda na geração de renda equivalente a R\$ 16 bilhões(SEBRAE-SP,2008).

**Tabela 7 – Taxa de Mortalidade das MPE's no Brasil**

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
<b>1998</b>	35%	46%	56%	63%	71%
<b>2007</b>	27%	38%	46%	50%	62%

Fonte: SEBRAE -SP(2008). Elaborado pelo Autor.

O SEBRAE-SP, a FIESP/CIESP e as Prefeituras Municipais, e as Instituições de Ensino Superior (IES) e Ensino Médio-Técnico, também desenvolvem ações importantes para fortalecer o empreendedorismo.

A presença de Incubadoras de Empresas em diversas regiões do País, são responsáveis pelo sucesso de grande parte das micro e pequenas empresas.

As Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Técnico e as Instituições de Ensino Superior, já trabalham com diversas atividades que proporcionam aos jovens experiências empreendedoras.



O incentivo dado pelo Governo Federal, com a criação do Programa Empreendedor Individual, para a legalização de atividades informais exercidas por profissionais autônomos, permite que diversas atividades realizadas informalmente possam ser legalizadas, podendo assim, expandir a possibilidade de oportunidades de geração de novos negócios, emprego e renda.

### **3.6.1 Empreendedorismo e as Micro e Pequenas Empresas**

Segundo dados divulgados pela Agência Sebrae Notícias (2010), o resultado da pesquisa realizada pelo GEM Consortium (Global Entrepreneurship Monitor), coordenada internacionalmente por institutos como o London Business School e o Babson College, constata que há 14,6 milhões de empreendedores no Brasil. A taxa de empreendedores por oportunidade ficou em 8,03%, o equivalente a 9,78 milhões de pessoas. Já os empreendedores por necessidade obtiveram índice de 3,95%, um total de 4,81 milhões de pessoas. É a primeira vez que o empreendedorismo por oportunidade no Brasil é maior que o empreendedorismo por necessidade.

Outro dado interessante revelado pela pesquisa é que ao longo das nove edições da pesquisa no País, a Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) brasileira manteve-se em torno de 12%, índice semelhante ao de nações como os Estados Unidos e outros países desenvolvidos. De 2001 a 2008, a TEA média brasileira foi 75% mais alta do que a média de todos os países participantes do estudo. Entre os 15 países do G-20 – grupo das 20 maiores economias do mundo – presentes no levantamento, o Brasil ocupou a terceira posição em empreendedorismo.

Esta é a décima participação consecutiva do Brasil na pesquisa, o que possibilita uma análise do comportamento empreendedor nesta década. O estudo revela, entre vários aspectos, a taxa de empreendedorismo do Brasil, o desempenho das mulheres empreendedoras, a participação dos jovens no universo empresarial e a motivação para empreender.

O empreendedorismo no Brasil aumentou e o número de negócios com até três meses de atividade cresceu 97% em relação a 2008, quando 2,93% da população adulta eram responsáveis pelos empreendimentos. Em 2009, esse número saltou para 5,78%. A pesquisa

mostra ainda que a maior parte dos negócios é conduzido por de jovens: 52,5% dos empreendedores têm entre 18 e 34 anos.

### 3.6.2 A participação das Micro e Pequenas Empresas no Brasil

No período compreendido entre 2002 e 2006, o número de estabelecimentos com funcionários registrados no Brasil, evoluiu gradativamente, passando de 1.905.912 estabelecimentos em 2002 para 2.241.071 em 2006. Deste total, as microempresas respondiam por 84,4% em 2002, 83,9% em 2004 e 83,6% em 2006. A participação das empresas de pequeno porte, também era expressiva, quando comparada a empresas de médio e grande porte, sendo de 13,2%, participação da pequena empresa, 1,5% a participação das empresas de médio porte e apenas 0,9% a participação das empresas de grande porte, em 2003. Em 2006, esta participação chegou a 13,9% na empresa de pequeno porte e 1,6% na empresa de médio porte, não sofrendo alteração na participação das empresas de grande porte, conforme demonstrado na Tabela 8.

**Tabela 8 - Distribuição de Estabelecimentos, por porte no Brasil (%) – 2002 a 2006**

ANO	MICRO	PEQUENA	TOTAL	MÉDIA	GRANDE	%	TOTAL (Nº ABSOL)
<b>2002</b>	84,4	13,2	97,6	1,5	0,9	100	1.905.912
<b>2003</b>	84,3	13,3	97,6	1,5	0,9	100	1.963.674
<b>2004</b>	83,9	13,6	97,6	1,5	0,9	100	2.054.841
<b>2005</b>	83,7	13,8	97,5	1,5	0,9	100	2.148.906
<b>2006</b>	83,6	13,9	97,5	1,5	0,9	100	2.241.071

Fonte: SEBRAE-SP(2008). Elaboração: DIEESE

Obs.: Inclui apenas os estabelecimentos com empregados.

A participação do Estado de São Paulo, no Brasil, é expressiva. Dentre as 27 unidades da federação, São Paulo contribui com 29% do número de empresas formalmente registradas.

As micro e pequenas empresas respondem por grande parcela da atividade econômica no Brasil. Em 2006, representam 99% do total das empresas no país e 28% do faturamento do setor privado de acordo com dados do SEBRAE-SP, demonstrados no Tabela 9.

**Tabela 9 - Participação das MPEs na Economia Brasileira**

<i>Variável</i>	<b>MPEs no Brasil</b>
Número de Empresas	99%
Faturamento	28%

Fonte: SEBRAE-SP,(2006).Obs.:último levantamento realizado.

### **3.6.3 A Participação das Micro e Pequenas Empresas no Vale do Paraíba**

Acompanhando o movimento de expansão do número de micro e pequenas empresas no Brasil e Estado de São Paulo, o Vale do Paraíba Paulista apresentou no período de 1999 a 2008, um crescimento no volume de estabelecimentos na atividade comercial, industrial, serviços e construção civil, elevando a Taxa de Participação da Região do Vale do Paraíba, na Taxa de Crescimento do Estado de São Paulo, nestes setores produtivos.

A Tabela 10 estabelece uma comparação entre o número de estabelecimentos, por setor de atividade no Estado de São Paulo e Vale do Paraíba e a proporção de cada atividade desenvolvida no Vale do Paraíba em relação ao Estado.

Em 1999, em termos de número de estabelecimentos, a atividade de comércio era a maior na região, seguida da atividade de serviços , indústria e construção civil.

Em 2008, a atividade do comércio apresentava 17.601 estabelecimentos no Vale do Paraíba, acompanhada da atividade de serviços (16.902).

**Tabela10 – Participação do Vale do Paraíba na Atividade Econômica do Estado de São Paulo - 1999 e 2008**

	INDUSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		CONST. CIVIL	
<b>1999</b>	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Estado São Paulo	77.380	100	228.381	100	231.697	100	22.108	100
Vale do Paraíba	2.409	4	12.204	6	11.471	5	1.384	7
	INDUSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		CONST. CIVIL	
<b>2008</b>	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Estado São Paulo	95.990	100	340.269	100	314.123	100	28.692	100
Vale do Paraíba	3.122	3	17.601	5	16.902	5	1.720	6

Fonte: Fundação SEADE (2010); Elaboração do autor.

Em termos de percentual de participação no Estado de São Paulo, a Construção Civil no Vale do Paraíba apresentou um índice de 7% em 1999 e 6% em 2008.

### **3.6.4 A Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Principais Municípios do Vale do Paraíba**

Ao observar a distribuição das atividades de indústria, comércio e serviços nos municípios de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, de acordo com o porte das empresas, percebe-se a importância das micro e pequenas empresas na atividade econômica.

A Tabela 11 elaborada a partir de dados divulgados pelo Atlas da Competitividade da Indústria Paulista (FIESP,2010) mostra o percentual médio das empresas que desenvolvem atividades industriais, comerciais e de serviços nos municípios selecionados, de acordo com o porte, no ano de 2008.

As micro empresas respondem por 75% das atividades industriais e 98% das atividades comerciais. As pequenas empresas são responsáveis por uma média de 18% da atividade industrial e 1,5% da atividade comercial.

A participação das empresas de médio e grande porte fica com apenas 6% e 1%, respectivamente, no setor industrial e 0,4% e 0,1% na atividade comercial.

De acordo com dados obtidos na Fundação Seade (2010), no ano de 2008, a atividade de Prestação de Serviços apresentava uma média de 98% do total dos estabelecimentos, conduzido por micro e pequenas empresas e 2% com empresas de médio e grande porte.

**Tabela 11 – Participação das Empresas de acordo com o porte - 2008**

MUNICÍPIO	SETOR	MICRO		PEQUENA		MÉDIA		GRANDE	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São José dos Campos	IND	474	77	107	17	29	5	9	1
	COM	11.194	97	209	2	26	1	0	-
	SERV	-	-	-	-	-	-	-	-
Taubaté	IND	235	74	59	18	21	7	4	1
	COM	5.087	98	76	1,4	7	0,4	1	0,2
	SERV	-	-	-	-	-	-	-	-
Jacareí	IND	179	71	50	20	18	7	5	2
	COM	4.013	98,8	44	1	5	0,2	0	-
	SERV	-	-	-	-	-	-	-	-
Pindamonhangaba	IND	130	74	35	20	7	4	4	2
	COM	2.464	98,8	28	1,1	4	0,1	0	-
	SERV	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaratinguetá	IND	99	78	20	16	7	5,5	1	0,5
	COM	2.639	98	42	1,5	4	0,5	0	-
	SERV	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA TOTAL (%) (1)	IND	-	75%	-	18%	-	6%	-	1%
	COM	-	98%	-	1,5%	-	0,4%	-	0,1%
	SERV	MIC + PEQ*			98%	MED + GDE		2%	

Fonte: FIESP (2010) e Fundação Seade (2010)

Elaborado pelo autor.

(1) Dados agrupados devido ausência de dados separados de acordo com o porte.

Em 2008, a indústria em São José dos Campos a indústria concentrava 94% de suas atividades na micro e pequena empresa (77% e 17% respectivamente), 5% médias empresas e 1% empresas de grande porte.

No município de Taubaté, as micro e pequenas empresas assumiam 92 % da atividade industrial conduzidas por microempresas e pequenas empresas (74% e 18%, respectivamente, enquanto as médias empresas eram responsáveis por 7% da atividade e as grande empresas por apenas 1% da atividade industrial.

O município de Jacareí contava com 91% de micro e pequenas empresas industriais (71% microempresa e 20% pequena empresa), enquanto 7% das empresas eram de médio porte e 2% das empresas eram de grande porte.

Em Pindamonhangaba, 94% das indústrias eram conduzidas por micro e pequenas empresas (74% microempresas e 20% pequenas empresas); 4% eram médias empresas e 2% eram grandes empresas.

No município de Guaratinguetá, as micro e pequenas empresas respondiam em 2008, por 94% do total da atividade industrial (78% microempresas e 16% pequenas empresas). Apenas uma indústria de transformação possuía mais de 500 funcionários empregados e sete empresas eram classificadas com médio porte (de 100 a 499 empregados).

Em termos de número de empresas, por atividade desenvolvida, no ano de 2008, o percentual médio de indústrias nos municípios selecionados era de 4% do total, os serviços apareciam com 24% e o comércio com 72%. (de acordo com a Tabela 11)

O município de São José Campos, contava com 619 indústrias e 11.249 estabelecimentos comerciais e o município de Taubaté possui 319 indústrias e 5.171 comércios e 4.845 empresas prestadoras de serviços. Jacareí tinha apenas 252 indústrias, 4.062 estabelecimentos comerciais e 2.156 estabelecimentos de serviços (Tabela 12).

Pindamonhangaba tinha 176 indústrias e 2.496 comércios e 777 empresas trabalhando na atividade de serviços, enquanto o município de Guaratinguetá apresentava 127 indústrias e 2.685 comércios e 818 empresas prestadoras de serviços.

**Tabela 12 – Numero de Empresas por Setor - 2008**

	São José Campos	Taubaté	Jacareí	Pindamonhangaba	Guaratinguetá
<b>INDÚSTRIA</b>	619	319	252	176	127
<b>COMÉRCIO</b>	11.429	5.171	4.062	2.496	2.685
<b>SERVIÇOS</b>	4.845	2.156	1.131	777	818

Fonte: Fundação SEADE (2010). Elaborado pelo Autor

### 3.6.5 Principais Atividades Desenvolvidas na Região

De acordo com a última pesquisa divulgada pela Fundação Seade, em 2001, Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, é possível identificar as principais atividades desenvolvidas no Vale do Paraíba nos setores de Indústria, Comércio e Serviços.

O Quadro 4 detalha as atividades desenvolvidas em cada um dos setores econômicos.

**Quadro 4 - Principais Atividades no Vale do Paraíba**

<b><i>Principais Atividades no Vale do Paraíba</i></b>
<b>INDÚSTRIA</b>
Fabricação de Alimentos e Bebidas
Fabricação Prod. Metal (Excluindo Máquinas e Equipamentos)
Fabricação Prod. Minerais Não-Metálicos
Indústria Extrativa
Edição, Impressão, Reprodução de Gravuras
Fabricação de Artigos de Borracha e Plásticos
Fabricação de Produtos Químicos
<b>COMÉRCIO</b>
Varejista de Tecidos, Artigos de Armarinho, Vestuário, Calçados, em Lojas Especializadas
Varejista de Prod. Alimentícios, Bebidas e Fumo, em Lojas Especializadas
Varejo Pequenos Mercados, Mercarias e Lojas de Conveniência
Com. Veículos Automotores e Motoc. e Varejo de Combustíveis
Atacado
Varejo Hipermercados e Supermercados
Varejo de Máq. e Aparelhos
Varejo Não Espec. sem Prod. Alimentares
Varejo Especializado e Outros
<b><i>Principais Atividades no Vale do Paraíba</i></b>
<b>SERVIÇOS</b>
Alimentação
Serviços Pessoais, Ativ. Assistenciais e Coletivas e Outros
Serv. Aux. às Empresas
Transporte
Serv. Técnicos às Empresas
Saúde
Ativ. Lazer/Cultura
Ativ. Imobiliárias

**Fonte:** Fundação SEADE (2010).

Elaborado pelo Autor

## 4 CONCLUSÕES

A Região Metropolitana de São Paulo continua sendo a principal do Estado, em termos quantitativos e qualitativos, no que se refere a aspectos demográficos, geração de emprego, renda e número de empresas.

Porém as transformações ocorridas ao longo do tempo, provocaram alterações substanciais em diversas regiões do país, bem como na forma de produção das empresas e na forma de constituição do *Espaço*. Para planejar o espaço, faz-se necessário conhecer seus elementos e analisar de que forma cada um deles contribui para as transformações sua dinâmica e transformação.

O Planejamento Urbano e Regional tem ocupado, cada vez mais, importância na Gestão Pública e a participação de diversos profissionais nesta atividade torna-o mais completo e abrangente.

O foco de análise deste trabalho esteve voltado para um dos elementos que compõe o espaço, que é a empresa.

A iniciativa privada exerce um importante papel na atividade econômica e esta, por meio das empresas (firmas), alteram o espaço e as relações entre os demais agentes (meio ecológico, infra-estrutura, homem, e instituições (Estado, família, Igreja e demais grupos sociais), intervindo e promovendo transformações ao longo do tempo.

Ao analisar a dinâmica espacial da Região do Vale do Paraíba e nos cinco municípios selecionados (São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá), no período de 1999 a 2008, constatou-se alguns fatores importantes que contribuíram para a importância econômica que a Região representa no Estado de São Paulo.

Em 2008, em relação a atividade econômica desenvolvida na Região, 72% estava concentrada no Setor de Comércio, sendo que 98% destas empresas eram classificadas como micro e pequena, de acordo com o porte.

A Indústria, que era responsável por 24% dos estabelecimentos formalmente constituídos na Região era conduzida por micro e pequenas empresas, com 75% e 18%, respectivamente. As indústrias de médio e grande porte, ficavam apenas com 6% e 1% da atividade industrial, respectivamente.

Ao analisar o número de postos de trabalho oferecidos pelas empresas nos municípios estudados, verifica-se que a atividade que mais emprega a mão-de-obra formal é a atividade de Serviços. De acordo com dados apresentados na Tabela 6, o número de empregos formais nos serviços supera os empregos gerados pela indústria, comércio e



construção civil isoladamente. O número de empregos com registro em carteira trabalhando no comércio em 2008 foi de 79.679 trabalhadores em São José dos Campos, 40.089 em Taubaté, 14.696 em Jacareí, 12.542 em Guaratinguetá.

A indústria aparece em segundo lugar, em termos de número de funcionários registrados, com 53.352 pessoas em São José dos Campos, 21.592 em Taubaté, 13.506 em Jacareí.

Nestes três últimos municípios (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí), o comportamento verificado com relação ao número de empresas, a concentração de empresas de acordo com o porte, na atividade econômica e o número de empregados por setor de atividade, é similar. Ou seja, os três municípios apresentam as seguintes características:

- a) Empregam mais pessoas com registro em carteira, na atividade de serviços, com um percentual médio de geração de 45% do total de empregos na economia;
- b) Empregam uma média de 32% do total na atividade industrial;
- c) Empregam uma média de 19% da mão-de-obra formal na atividade comercial;
- d) Empregam uma média de 5% na construção civil (sendo 8% em São José dos Campos e 3% para Taubaté e Jacareí);
- e) Apresentam um percentual maior de atividades desenvolvidas por empresas de micro e pequeno porte, sendo a indústria concentra 93% (75% microempresa e 18% pequena empresa), o comércio 98% (microempresa e 1,5% pequena empresa) e serviços 98% (micro e pequena empresa juntas);
- f) Apresentam o maior número de empresas no Vale do Paraíba em todos os setores de atividade;
- g) São os municípios que mais contribuem com a geração de Renda (ou Produto, demonstrado pela participação no VAF Total), no Vale do Paraíba, apresentando 39,97% de participação do Município de São José dos Campos, 13,9% de participação do Município de Taubaté e 8,72% de participação do município de Jacareí. Os demais municípios do Vale do Paraíba (excluindo-se Pindamonhangaba e Guaratinguetá), contribuem com apenas 26,53% do total do VAF da Região em 2007.

Os municípios de Guaratinguetá e Pindamonhangaba, apresentam algumas características similares a São José dos Campos, Taubaté e Jacareí, porém, existe duas peculiaridades, com relação a geração de emprego e na atividade econômica.

- a) Em Pindamonhangaba, a atividade que gera mais empregos formais é a Indústria, com 45% do total de empregos formais, seguida da atividade de Serviços (33%), Comércio com 18% e Construção Civil com 4% do total de empregos; e
- b) Em Guaratinguetá, 51% dos empregos formais são gerados pelos Serviços (similar a São José dos Campos, Taubaté e Jacareí), mas o Comércio emprega mais que a Indústria (25% e 20%, respectivamente).

Um dos fatores considerados neste estudo, que contribuiu para o aumento do número de micro e pequenas empresas na região, foi o crescimento da atividade empreendedora no Brasil, a partir da década de 90. Este crescimento do comportamento empreendedor pode ser explicado por um conjunto de fatores. Um deles pode ser atribuído a dificuldade das pessoas na obtenção de renda, causada pelo desequilíbrio entre a oferta e demanda por emprego. O crescimento demográfico dos municípios e regiões contribuiu sobremaneira para este fator.

Outro aspecto importante foi a necessidade de complementação da renda familiar, que pode ser explicado pelos baixos salários oferecidos em muitas empresas (por razões que vão desde o desequilíbrio entre oferta e demanda por empregos até a baixa qualificação da mão-de-obra em muitos setores da atividade econômica).

Não menos importante para o crescimento do número de empresas foi a abertura comercial e a aceleração do processo de globalização que trouxe novas ameaças e oportunidades para as empresas no Brasil e programas do Governo Federal, Estadual e Municipal com incentivo a geração de pequenos negócios e estímulo ao empreendedorismo.

Acompanhando estes movimentos, as regiões sofreram transformações. O processo de descentralização e aumento populacional em cidades próximas a Região Metropolitana do Estado de São Paulo, cresceu vertiginosamente, provocando alterações no espaço e nas relações entre seus agentes.

A Região do Vale do Paraíba, foi uma das regiões que mais cresceu, em termos demográficos, tornando-se uma importante região na geração da renda total do Estado de São Paulo.

Os municípios que mais cresceram em termos demográficos no Vale do Paraíba, também, foram São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

Entre 1991 e 2010, a taxa média de crescimento populacional anual, do Estado de São Paulo foi de 1,57%, enquanto o Vale do Paraíba apresentou uma taxa média de crescimento demográfico anual de 1,84%.

A maior concentração populacional do Vale do Paraíba está numa faixa etária compreendida entre 15 a 34 anos, ou seja, uma população jovem.

Considerando-se os dados apurados sobre empreendedorismo na última pesquisa divulgada pelo SEBRAE-SP(2010), que apontam que 52,5% dos negócios concentrados em empresas de micro e pequeno porte, são conduzidos por jovens (18 a 34 anos), e observando-se que a maior concentração populacional do Vale do Paraíba é jovem (15 a 34 anos), pode-se esperar que nas próximas décadas, o número de empresas de micro e pequeno porte na Região aumente.

Grande parte dos jovens no Vale do Paraíba poderão constituir empresas, elevando, ainda mais, o número destas na Região na próxima década. Aliado a estes fatores, estão as diversas ações regionais e locais (municipais) ações de desenvolvimento da cultura empreendedora que vem sendo adotadas por Escolas de Ensino Médio e Técnico, Universidades, Prefeituras e Instituições como o SEBRAE, CIESP, Sindicatos e Associações e Governo Federal, com programas de incentivo a legalização de empresas, como por exemplo, o Empreendedor Individual.

A taxa de mortalidade das empresas, tende a reduzir, à medida em que todas estas ações conjuntas realizadas por agentes que compõe o espaço (Estado, Instituições de Ensino, Associações e demais Instituições) apresentarem resultados de melhoria na Gestão das Micro e Pequenas Empresas. Embora esta taxa já tenha reduzido bastante, passando de 80% na década de 80 para 60% em 2000, este índice ainda é muito elevado.

Um outro dado importante divulgado sobre o empreendedorismo no Brasil, é que pela primeira vez em dez anos, o país apresentou um número maior de empreendedores por oportunidade do que por necessidade. Dos 14,6 milhões de empreendedores no Brasil, a taxa de empreendedorismo por oportunidade ficou em 8,03% (equivalente a 9,78 milhões de pessoas), enquanto a taxa de empreendedorismo por necessidade ficou em 3,95% (equivalente a 4,81 milhões de pessoas).

Entender estas transformações é importante para a elaboração de um Planejamento Urbano e Regional consistente e coerente com a realidade de cada município.

As empresas, na realização de suas atividades, afetam todos os elementos que compõe o espaço. A relação que devem ter com o meio ecológico demanda a necessidade de uma maior preocupação destas com a forma de produção e uso dos recursos, adotando uma

postura socialmente responsável e procurando formas para obtenção de um desenvolvimento sustentável.

A infra-estrutura nestes municípios e Região do Vale do Paraíba deverá sofrer uma adequação a este crescimento demográfico e empresarial e esta não é uma tarefa a ser atribuída apenas ao poder público, mas requer o envolvimento das empresas e demais instituições (família, igreja, demais grupos sociais).

Para que as Prefeituras Municipais e a iniciativa privada realizem um Planejamento Urbano e Regional, é necessário que estabeleçam estratégias e políticas que levem em consideração as características regionais, como a cultura, o perfil econômico da região, a qualificação da mão-de-obra e o potencial de crescimento e desenvolvimento de novas atividades, e o crescimento do empreendedorismo. A inovação e a adoção de ações socialmente responsáveis merecem a atenção dos gestores, visto que serão determinantes para a relação que estabelecerão com o meio onde vivem e poderão lhes trazer vantagens competitivas sustentáveis.

Não se pode esquecer que a Gestão das Empresas é conduzida por mais um integrante e agente do Espaço, que é o Homem.

O desenvolvimento e a valorização do Capital Humano são imprescindíveis para que as micro e pequenas empresas desenvolvam novas atividades, agregando valor aos seus produtos e serviços e tornando-se cada vez mais competitivas e resistentes às ameaças que lhes são impostas pelo ao ambiente externo que é extremamente complexo e mutável.

O predomínio da atividade comercial e de serviços conduzidos por micro e pequenas empresas diminui a dependência dos municípios e da Região do Vale do Paraíba de empresas de médio e grande porte. Desta forma, torna-se possível minimizar os impactos que as médias e grandes empresas provocam nas regiões em situações de crises econômicas, quando reduzem a sua capacidade produtiva e dispensam mão-de-obra, aumentando o nível de desemprego conjuntural, que afeta a taxa natural de desemprego.

Considerando-se os fatores acima apresentados, conclui-se que um dos maiores desafios do Planejamento Urbano e Regional, é unir todos os agentes que compõe o espaço e desenvolver um trabalho conjunto, de maneira criteriosa, ordenada e sincronizada, levando-se em consideração o perfil de cada um dos municípios e da Região, em busca de um crescimento e desenvolvimento sustentável.

Fica, portanto, um desafio às empresas, Prefeituras Municipais, Instituições, demais grupos sociais e aos Homens, para pensarem sobre qual poderá ser a sua contribuição para a melhoria do espaço onde vivem e realizarem ações que vão além da tarefa de Planejar.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional. In: Encontro Nacional de Economia-ANPEC,28., Belém 1999. **Anais...** Belém: ANPEC, 1999.
- AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. 1996. Disponível em < [www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf)>. Acesso em 08 ago.2009.
- ANPROTEC - Associação Brasileira de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos. **Dados sobre Incubadoras de Empresas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2010.
- ARAUJO, Maria de Fátima Infante. Mapa da estrutura Industrial e Comercial do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, v.13 , n.1-2, 1999.
- BORDO,A. Os eixos do desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de
- CAMPOS, A.C.; CALLEFI, P; SOUZA, J. B. L. A Teoria do Desenvolvimento Endógeno como Forma de Organização Industrial. **EDUEM**, Maringá, v. 27, n.2 p. 163-170 , 2005.
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- CASTRO, M.C. Desenvolvimento Sustentável: a genealogia de um novo paradigma. **Economia e Empresa**, v. 3, n.3, jul/set 1996.
- CMMDA. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1995
- FERNANDES, D.V.D.H ; SANTOS, C.P. Orientação Empreendedora: Um Estudo sobre as Conseqüências do Empreendedorismo nas Organizações. **Rae-Eletrônica**, v.7, n.1, Art. 6, jan/jun.2008. Disponível em <<http://www.rae.com.br>> Acesso em 28 abr.2009.
- FIESP. **Atlas da Competitividade da Indústria Paulista**.Disponível em :<<http://fiesp.org.br>> Acesso em março/2010
- FUNDAÇÃO SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informação dos Municípios Paulistas**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso: mai-out. 2009 ; jan - maio 2010.
- GONÇALVES, M.F. (Org.), BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A.C. **Regiões nas Cidades e Cidades nas Regiões**. in: *O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação*. Editora UNESP – ANPUR, 2003.
- GOTTDIENER, M. **A estrutura e ação na produção do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1993.

IBGE. **Cidades Paulistas**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em jan-maio/2010

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Sociologia Geral**. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

LIMA, S.R. **O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das idéias de materialismo cultural e experiência**. Revista Cantareira, 8ª Edição Online. Disponível em : <<http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira>>. Acesso em 20 jan.2010.

MANOLESCU, F. M. K.; KROM, V. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de São José dos Campos. In: PAPALI, M. A. (org.) **Histori(cidade)s: Um olhar multidisciplinar**. São José dos Campos, UNIVAP, 2008.

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.2000.

MOREIRA NETO, P.R. Dinâmica regional em tempo de globalização: uma história brasileira em uma região paulista. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., Florianópolis , 25-29 maio 2009. **Anais....** Florianópolis: ANPUR, 2009.

PMG- Prefeitura Municipal de Guaratinguetá. **História da Cidade**. Disponível em <<http://www.guaratingueta.sp.gov.br>> Acesso em 23 jan.2010.

PMJ - Prefeitura Municipal de Jacareí. **História da Cidade**. Disponível em <<http://www.jacarei.sp.gov.br>> Acesso em 25 out. 2009.

PMP- Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba. **História da Cidade**. Disponível em <<http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br>> Acesso em 23 jan.2010.

PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos. **História da Cidade**. Disponível em <<http://www.sjc.sp.gov.br>>. Acesso em 24 out.2009.

PMT - Prefeitura Municipal de Taubaté. **Complexo Industrial**. Disponível em <<http://www.jacarei.sp.gov.br>> Acesso em 18 maio 2010.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2004.

RESCHILIAN, P.R. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a Questão do planejamento regional. Paulo Romano Reschilian. Departamento de Arquitetura Universidade de Taubaté . **Rev. Ciênc. Hum**, Taubaté, v. 11, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2005. Disponível em: <[www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/...V1.2005/3%20art..pdf](http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/...V1.2005/3%20art..pdf)>. Acesso em 24 abr.2009.

ROLIM. Cássio, F.C. **Urbanização: Cidades, Desenvolvimento, Sistemas Urbanos**, Curitiba: 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1992

São Paulo, Brasil. *Scripta* Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, num. 194 (70). Disponível em <<http://WWW.ub.es/geocrit/Sn-194-79.htm>>. Acesso em 28 abr. 2009.

SEBRAE-SP / DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa – 2008**. Brasília, 2008; 2ª Ed. Disponível em <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em 28 mar 2009.

SEBRAE-SP. Agência SEBRAE Notícias. **10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade das Empresas**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em 15 maio 2010

SEBRAE-SP. **Guia básico sobre os pequenos negócios no Estado de São Paulo**. Org. Marco Aurélio Bedê. 2ª Ed. Revista Ampliada. São Paulo: SEBRAE, 2006.

SEBRAE-SP. **Participação das MPEs no total de pessoas ocupadas nas empresas paulistas: 1995/1999**. São Paulo, Outubro, 2000. Disponível em <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em 10 mar.2009..

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. **Revista Perspectiva**, v.9, n.2, 1995.

**APÊNDICE A - População dos Municípios do Vale do Paraíba 1970-**

<b>RANKING 2010</b>		<b>2010</b>	<b>2000</b>	<b>1990</b>	<b>1980</b>	<b>1970</b>
Aparecida	14°	37.476	34.888	32.907	29.275	24.669
Arapeí	39°	2.863	2.615	---	---	---
Areias	38°	3.961	3.597	3.330	3.703	4.107
Bananal	25°	10.341	9.707	11.329	10.954	12.889
Caçapava	8°	85.552	76.027	64.255	51.142	30.712
Cachoeira Paulista	15°	33.477	27.164	22.867	20.512	17.336
Campos do Jordão	12°	50.553	44.178	35.762	25.964	18.706
Canas	34°	4.624	3.605	---	---	---
Caraguatatuba	6°	92.504	78.628	50.569	33.563	15.073
Cruzeiro	10°	79.252	73.444	67.452	57.840	45.672
Cunha	17°	23.772	23.093	23.168	20.826	21.952
<b>Guaratinguetá</b>	<b>5°</b>	<b>116.400</b>	<b>104.101</b>	<b>100.170</b>	<b>84.626</b>	<b>68.869</b>
Igaratá	27°	9.855	8.271	6.066	4.346	3.686
Ilhabela	16°	28.526	20.752	12.797	7.743	5.707
<b>Jacareí</b>	<b>3°</b>	<b>217.485</b>	<b>191.011</b>	<b>158.123</b>	<b>115.100</b>	<b>61.216</b>
Jambeiro	32°	5.450	3.985	3.242	2.867	2.857
Lagoinha	33°	5.126	4.954	4.622	4.439	5.590
Lavrinhas	29°	7.316	5.994	4.563	3.656	3.047
Lorena	9°	84.913	77.914	71.399	57.150	46.463
Monteiro Lobato	36°	4.189	3.613	3.299	2.682	3.180
Natividade da Serra	28°	7.443	6.947	6.513	6.895	9.957
Paraibuna	19°	18.740	16.988	14.814	14.113	13.845
Pindamonhangaba	<b>4°</b>	<b>148.151</b>	<b>125.775</b>	<b>98.020</b>	<b>69.146</b>	<b>48.222</b>
Piquete	20°	15.675	15.196	14.733	14.353	14.316
Potim	18°	19.276	13.562	---	---	---
Queluz	24°	10.802	9.098	7.619	6.988	5.919
Redenção da Serra	37°	4.136	4.047	4.011	3.985	5.135
Roseira	26°	10.019	8.551	6.027	4.824	3.492
Santa Branca	21°	13.882	12.982	10.107	8.473	6.831
Sto Antonio do Pinhal	30°	7.219	6.318	5.362	5.334	5.479
S. Bento do Sapucaí	22°	11.780	10.339	8.779	9.327	9.365
São José do Barreiro	35°	4.340	4.141	3.946	4.040	5.438
<b>S. José Campos</b>	<b>1°</b>	<b>642.807</b>	<b>538.298</b>	<b>422.866</b>	<b>285.587</b>	<b>148.332</b>
S. Luís do Paraitinga	23°	10.909	10.424	9.888	9.743	11.655
São Sebastião	11°	72.841	57.745	31.770	18.839	12.023
Silveiras	31°	5.936	5.373	4.799	3.890	5.442
<b>Taubaté</b>	<b>2°</b>	<b>279.818</b>	<b>243.783</b>	<b>202.390</b>	<b>168.722</b>	<b>110.585</b>
Tremembé	13°	43.172	34.746	26.367	17.975	11.689
Ubatuba	7°	86.059	66.644	44.683	26.927	15.203
<b>TOTAL</b>		<b>1.988.498</b>	<b>1.598.614</b>	<b>1.249.604</b>	<b>1.215.549</b>	<b>834.659</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da Fundação SEADE, 2010



**APÊNDICE B - Participação dos Municípios no Valor Adicionado Fiscal  
Total da Região do Vale do Paraíba de 1999 a 2007.**

Mucicipios	2007		2006		2004		2002		1999	
	%	Rank	%	Rank	%	Rank	%	Rank	%	Rank
<b>Vale do Paraíba</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	
Aparecida	0,77	14	0,75	14	0,64	13	0,64	14	0	15
Arapeí	0,04	39	0,05	39	0,04	39	0,04	39	0,01	39
Areias	0,07	37	0,07	35	0,07	34	0,06	37	0,01	38
Bananal	0,16	27	0,17	26	0,14	27	0,14	27	0,04	29
<b>Caçapava</b>	<b>4,33</b>	<b>6</b>	4,39	7	3,69	7	3,05	7	<b>3,8</b>	<b>6</b>
Cachoeira Paulista	0,67	15	0,69	15	0,55	16	0,52	15	0,14	18
Campos do Jordão	1,11	12	1,18	12	1,05	12	1,05	12	0,46	11
Canas	0,07	35	0,06	38	0,06	35	0,06	35	0,01	35
Caraguatatuba	1,98	9	2,03	10	1,75	10	1,81	9	0,54	10
Cruzeiro	1,58	11	2,22	9	1,91	9	1,65	10	1,62	8
Cunha	0,25	21	0,25	21	0,22	20	0,23	21	0,06	21
<b>Guaratinguetá</b>	4,16	7	<b>4,6</b>	<b>6</b>	<b>0,05</b>	<b>6</b>	<b>3,5</b>	<b>6</b>	2,88	7
Igaratá	0,17	26	0,19	25	0,16	25	0,14	26	0,04	26
Ilhabela	0,57	17	0,59	16	0,49	17	0,46	17	0,11	19
<b>Jacareí</b>	<b>8,72</b>	<b>3</b>	<b>8,86</b>	<b>3</b>	<b>8,55</b>	<b>3</b>	<b>8,9</b>	<b>3</b>	<b>11,33</b>	<b>2</b>
Jambeiro	1,01	13	0,83	13	0,62	14	0,48	16	0,28	14
Lagoinha	0,09	33	0,09	33	0,08	36	0,08	31	0,03	30
Lavrinhas	0,11	30	0,12	30	0,1	30	0,09	30	0,06	22
Lorena	2,3	8	2,43	8	2,02	8	2,15	8	10,2	9
Monteiro Lobato	0,07	36	0,08	34	0,07	31	0,07	34	0,01	36
Natividade da Serra	0,1	31	0,1	31	0,08	32	0,08	32	0,02	33
Paraibuna	0,32	19	0,34	19	0,31	18	0,27	19	0,17	17
<b>Pindamonhangaba</b>	<b>6,72</b>	<b>4</b>	<b>7,54</b>	<b>4</b>	<b>6,17</b>	<b>5</b>	<b>5,67</b>	<b>5</b>	5,37	<b>5</b>
Piquete	0,19	24	0,19	24	0,19	23	0,19	22	0,05	23
Potim	0,25	22	0,22	22	0,2	22	0,17	23	0,04	27
Queluz	0,14	28	0,14	28	0,12	28	1	28	0,05	24
Redenção da Serra	0,08	33	0,07	36	0,05	38	0,06	38	0,02	31
Roseira	0,3	20	0,34	20	0,2	21	0,23	20	0,09	20
Santa Branca	0,35	18	0,39	18	0,27	19	0,3	18	0,19	16
Sto. Antonio Pinhal	0,11	29	0,11	29	0,1	29	0,11	29	0,02	32
São Bento Sapucaí	0,18	25	0,17	27	0,15	26	0,16	24	0,04	28
São José do Barreiro	0,07	38	0,07	37	0,06	37	0,06	36	0,01	37
<b>São José Campos</b>	<b>39,97</b>	<b>1</b>	<b>38,37</b>	<b>1</b>	<b>45,29</b>	<b>1</b>	<b>45,39</b>	<b>1</b>	<b>56,65</b>	<b>1</b>
São Luís Paraitinga	0,21	23	0,21	23	0,17	24	0,15	25	0,05	25
São Sebastião	<b>6,69</b>	<b>5</b>	<b>6,39</b>	<b>5</b>	<b>6,68</b>	<b>4</b>	<b>7,92</b>	<b>4</b>	7,67	<b>4</b>
Silveiras	0,09	32	0,09	32	0,08	33	0,08	33	0,02	34
<b>Taubaté</b>	<b>13,9</b>	<b>2</b>	<b>12,27</b>	<b>2</b>	<b>11,13</b>	<b>2</b>	<b>11,91</b>	<b>2</b>	<b>10,04</b>	<b>3</b>
Tremembé	0,01	16	0,65	17	0,62	15	0,41	13	0,031	13
Ubatuba	1,67	10	1,73	11	1,48	11	1,49	11	0,45	12

Fonte: Calculado da Base de Dados da Fundação SEADE (2010).

**ANEXO A - Contribuição dos Municípios VAF- Estado São Paulo 2008**

	Município	Valor Adicionado (R\$) *	2008(2010) Percentual de Participação *
	<b>Total do Estado</b>	<b>593.145.848.859</b>	<b>100,00000000</b>
1	SÃO PAULO	132.879.293.132	23,39112315
2	GUARULHOS	24.695.910.715	3,57358024
3	SÃO BERNARDO DO CAMPO	25.399.592.430	3,53671921
4	PAULÍNIA	21.452.357.882	2,85351569
5	CAMPINAS	16.111.271.220	2,66586050
6	BARUERI	18.014.230.120	2,58466342
7	<b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>	<b>17.948.694.878</b>	<b>2,50254419</b>
8	CUBATÃO	12.125.671.583	1,66959847
9	JUNDIAÍ	10.604.566.440	1,55952104
10	SOROCABA	9.201.714.458	1,42490187
11	RIBEIRÃO PRETO	8.676.918.269	1,35990826
12	OSASCO	8.502.910.582	1,33042847
13	SANTO ANDRÉ	6.997.517.095	1,27788011
14	SÃO CAETANO DO SUL	8.754.855.076	1,20685285
15	DIADEMA	7.330.861.576	1,11227755
16	SANTOS	6.636.081.834	1,11083846
17	PIRACICABA	6.746.800.913	1,00255120
18	MAUÁ	5.230.997.597	0,86794448
19	<b>TAUBATÉ</b>	<b>4.972.330.077</b>	<b>0,79562489</b>
20	SUZANO	4.719.609.705	0,75051185
21	LIMEIRA	4.435.988.533	0,69620779
22	MOGI DAS CRUZES	4.527.429.484	0,69169667
23	SUMARÉ	4.767.576.688	0,67333328
24	<b>JACAREÍ</b>	<b>4.076.012.357</b>	<b>0,62398287</b>
25	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3.575.684.307	0,61846026
26	LOUVEIRA	4.277.413.212	0,61648356
27	HORTOLÂNDIA	4.281.196.451	0,60870065
28	AMERICANA	3.760.385.715	0,58260844
29	COTIA	3.999.760.606	0,57976449
30	JAGUARIÚNA	3.587.409.662	0,53913665
31	BAURU	3.131.101.424	0,53359196
32	INDAIATUBA	3.627.462.895	0,52958684
33	RIO CLARO	3.371.706.878	0,52332038
34	<b>PINDAMONHANGABA</b>	<b>4.116.632.489</b>	<b>0,52167263</b>
35	TABOÃO DA SERRA	3.145.044.876	0,50238471
36	SÃO CARLOS	2.664.564.509	0,45008246
37	ARARAQUARA	2.794.024.895	0,43580610
38	VINHEDO	3.598.464.640	0,42409675
39	ITU	2.730.148.872	0,42265101
40	MOJI-GUAÇU	2.584.532.135	0,41380885
41	SÃO SEBASTIÃO	2.725.259.210	0,39610462
42	CAJAMAR	3.020.021.925	0,39437499
43	SANTANA DO PARNAÍBA	2.420.782.901	0,36811042
44	FRANCA	1.853.075.178	0,36690434
45	GUARUJÁ	1.584.126.884	0,36264466
46	ITAPECERICA DA SERRA	2.560.877.644	0,34531230
47	SERTÃOZINHO	2.421.888.088	0,34164300
48	SANTA BÁRBARA D'OESTE	1.990.651.400	0,33363210
49	MARÍLIA	1.824.980.517	0,33179708
50	VALINHOS	2.179.927.144	0,32376313
51	EMBU	1.799.434.730	0,31723935

52	ITAPEVI	2.174.464.683	0,31267939
53	ARAÇATUBA	1.664.747.834	0,30812446
54	ITAQUAQUECETUBA	1.423.769.729	0,29801721
55	ARARAS	1.790.447.028	0,29239552
56	PRESIDENTE PRUDENTE	1.532.622.909	0,28036074
57	ITAPETININGA	1.524.642.697	0,27751457
58	CAÇAPAVA	1.809.613.327	0,27728693
59	CARAPICUIBA	1.064.733.849	0,27325007
60	BOTUCATU	1.395.868.536	0,27239787
61	BRAGANÇA PAULISTA	1.491.310.411	0,26589021
62	MOJI-MIRIM	1.686.554.019	0,26535739
63	SALTO	1.706.712.716	0,25201136
64	SÃO VICENTE	860.354.594	0,25056455
65	ITATIBA	1.495.948.688	0,24607362
66	ATIBAIA	1.276.424.204	0,22543559
67	PRAIA GRANDE	755.249.977	0,21901322
68	<b>GUARATINGUETÁ</b>	<b>1.193.614.030</b>	<b>0,21487760</b>
69	MATÃO	1.449.032.534	0,21218030
70	CATANDUVA	1.065.369.664	0,19849915

Fonte: Secretaria dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo

**ANEXO B - Atividades Econômicas do VAF Total - 1970-2010**

Agricultura, Pecuária e Outros Produtos Animais
Comércio - Total
Comércio Atacadista
Comércio Varejista - Total
Comércio Varejista - Distribuição de Combustíveis
Comércio Varejista - Revendedoras de Veículos
Comércio Varejista - Lojas de Departamentos
Comércio Varejista - Lojas de Departamentos
Comércio Varejista - Supermercados
Comércio Varejista - Outros
Indústria - Total
Indústria - Extrativa
Indústria - Minerais Não Metálicos
Indústria - Metalurgia Básica - Ferrosos
Indústria - Metalurgia Básica - Não Ferrosos
Indústria - Produtos de Metal
Indústria - Máquinas e Equipamentos
Indústria - Eletrodomésticos
Indústria - Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática
Indústria - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos
Indústria - Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicações
Indústria - Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão
Indústria - Material de Transporte - Montadoras e Autopeças
Indústria - Madeira
Indústria - Móveis
Indústria - Papel e Celulose
Indústria - Artigos de Borracha
Indústria - Couros e Calçados
Indústria - Produtos Químicos
Indústria - Combustíveis
Indústria - Produtos Farmacêuticos
Indústria - Produtos de Perfumaria e Cosméticos
Indústria - Produtos de Plástico
Indústria - Têxtil
Indústria - Vestuário e Acessórios
Indústria - Produtos Alimentícios
Indústria - Bebidas
Indústria - Fumo
Indústria - Edição, Impressão e Gravações
Indústria - Reciclagem
Indústria - Diversas
Serviços - Total
Serviços de Transporte
Serviços - Produção e Distribuição de Energia Elétrica
Serviços - Produção e Distribuição de Gás
Serviços de Comunicação
Serviços - Outros

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 2010

**ANEXO C - População 2000-2010**

		<b>2000</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
<b>São José dos Campos</b>	População Masculina - População Masculina	265.968	306.603	316.499
	População Feminina - População Feminina	272.330	315.737	326.308
	População - População	538.298	622.340	642.807
		<b>2000</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
<b>Taubaté</b>	População Masculina - População Masculina	120.119	134.092	137.518
	População Feminina - População Feminina	123.664	138.648	142.300
	População - População	243.783	272.740	279.818
		<b>2000</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
<b>Jacareí</b>	População Masculina - População Masculina	94.495	104.619	107.082
	População Feminina - População Feminina	96.516	107.692	110.403
	População - População	191.011	212.311	217.485
		<b>2000</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
<b>Pindamonhangaba</b>	População Masculina - População Masculina	62.751	71.445	73.486
	População Feminina - População Feminina	63.024	72.442	74.665
	População - População	125.775	143.887	148.151
		<b>2000</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
<b>Guaratinguetá</b>	População Masculina - População Masculina	50.837	55.555	56.686
	População Feminina - População Feminina	53.264	58.478	59.714
	População - População	104.101	114.033	116.400

Fonte: Fundação Seade, 2010

**ANEXO D - Estabelecimentos por Atividade Econômica (Nº)1999-2008**

		<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>
<b>Estabelecimentos Comerciais (Nº)</b>	Total do Estado de São Paulo	228.381	266.173	302.147	340.269
	Região do Vale do Paraíba	12.204	14.223	15.858	17.601
	Guaratinguetá	746	837	884	1.015
	Jacareí	951	1.050	1.178	1.257
	São José dos Campos	3.417	4.055	4.434	4.954
	Pindamonhangaba	653	666	815	983
	Taubaté	1.688	1.923	2.113	2.249
<b>Estabelecimentos da Construção Civil (Nº)</b>	Total do Estado de São Paulo	22.108	22.619	21.689	28.692
	Região do Vale do Paraíba	1.384	1.255	1.297	1.720
	Guaratinguetá	130	85	75	85
	Jacareí	93	80	80	96
	São José dos Campos	379	414	404	574
	Pindamonhangaba	78	74	74	107
	Taubaté	231	186	220	260
	Pindamonhangaba	4,84	4,48	3,88	4,59
	Taubaté	6,15	4,42	4,71	4,94
<b>Estabelecimentos de Serviços (Nº)</b>	Total do Estado de São Paulo	231.697	256.114	275.685	314.123
	Região do Vale do Paraíba	11.471	13.336	14.669	16.902
	Guaratinguetá	642	677	742	818
	Jacareí	871	982	1.052	1.131
	São José dos Campos	3.413	3.878	4.103	4.845
	Pindamonhangaba	506	568	645	777
	Taubaté	1.392	1.602	1.806	2.156
<b>Estabelecimentos Industriais (Nº)</b>	Total do Estado de São Paulo	77.380	81.419	86.602	95.990
	Região do Vale do Paraíba	2.409	2.472	2.670	3.122
	Guaratinguetá	136	148	138	151
	Jacareí	222	253	263	291
	São José dos Campos	615	679	716	857
	Pindamonhangaba	167	161	186	246
	Taubaté	303	290	348	396

Fonte: Fundação Seade, 2010

## ANEXO E - Estabelecimentos por Atividade Econômica (%) 1999-2008

		1999	2002	2005	2008
<b>Proporção de Estabelecimentos do Comércio no Total de Estabelecimentos (Em %)</b>	Total do Estado de São Paulo	36,92	38,69	40,31	40,40
	Região do Vale do Paraíba	40,20	41,02	41,99	41,22
	Guaratinguetá	34,00	36,42	41,37	43,04
	Jacareí	43,64	40,17	42,21	42,15
	São José dos Campos	42,23	43,66	44,82	43,08
	Pindamonhangaba	40,51	40,36	42,76	42,15
	Taubaté	44,97	45,72	45,22	42,74
<b>Proporção de Estabelecimentos da Construção Civil no Total de Estabelecimentos (Em %)</b>	Total do Estado de São Paulo	3,57	3,29	2,89	3,41
	Região do Vale do Paraíba	4,56	3,62	3,43	4,03
	Guaratinguetá	5,93	3,70	3,51	3,60
	Jacareí	4,27	3,06	2,87	3,22
	São José dos Campos	4,68	4,46	4,08	4,99
	Pindamonhangaba	4,84	4,48	3,88	4,59
	Taubaté	6,15	4,42	4,71	4,94
	São José dos Campos	3.413	3.878	4.103	4.845
	Pindamonhangaba	506	568	645	777
	Taubaté	1.392	1.602	1.806	2.156
<b>Proporção de Estabelecimentos dos Serviços no Total de Estabelecimentos (Em %)</b>	Total do Estado de São Paulo	37,45	37,22	36,78	37,30
	Região do Vale do Paraíba	37,78	38,46	38,84	39,59
	Guaratinguetá	29,26	29,46	34,72	34,69
	Jacareí	39,97	37,57	37,69	37,93
	São José dos Campos	42,18	41,75	41,48	42,13
	Pindamonhangaba	31,39	34,42	33,84	33,32
	Taubaté	37,08	38,09	38,65	40,97
<b>Proporção de Estabelecimentos da Indústria no Total de Estabelecimentos (Em %)</b>	Total do Estado de São Paulo	12,51	11,83	11,55	11,40
	Região do Vale do Paraíba	7,93	7,13	7,07	7,31
	Guaratinguetá	6,20	6,44	6,46	6,40
	Jacareí	10,19	9,68	9,42	9,76
	São José dos Campos	7,60	7,31	7,24	7,45
	Pindamonhangaba	10,36	9,76	9,76	10,55

